



*ANÁLISE DOS INDICADORES CONTÁBEIS  
DE DESEMPENHO*

*ATÉ O MÊS DE DEZEMBRO/2010*



**Indicadores Contábeis de Desempenho – até o mês de dezembro/2010**

---

**JOÃO RAIMUNDO COLOMBO**  
GOVERNADOR DO ESTADO

**UBIRATAN SIMÕES REZENDE**  
SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA

**ADRIANO DE SOUZA PEREIRA**  
DIRETOR DE CONTABILIDADE GERAL

**TATIANA BORGES**  
GERENTE DE CONTABILIDADE FINANCEIRA

**GRAZIELA LUIZA MEINCHEIM**  
GERENTE DE CONTABILIDADE CENTRALIZADA

**MICHELE PATRICIA RONCALIO**  
GERENTE DE ESTUDOS E NORMATIZAÇÃO CONTÁBIL

**VERA LUCIA HAWERROTH SANTANA**  
GERENTE DE SISTEMAS DE GESTÃO FISCAL

**ELABORAÇÃO:**

**FLÁVIO GEORGE ROCHA**  
ASSESSOR DO DIRETOR DE CONTABILIDADE GERAL

**WILSON HENRIQUE FETZNER FILHO**  
CONTADOR DA FAZENDA ESTADUAL

**RAFAEL ALMEIDA PINHEIRO DA COSTA**  
CONTADOR DA FAZENDA ESTADUAL

**REINALDO NERI PEREIRA**  
TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO - CODESC

**ROGÉRIO FELIPE PEREIRA**  
TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO - CODESC



**Indicadores Contábeis de Desempenho – até o mês de dezembro/2010**

---

**SUMÁRIO**

Resultado da Execução Orçamentária.....	4
Análise das Receitas.....	5
Receitas Tributárias .....	6
Receitas do FUNDOSOCIAL .....	6
Receitas do SEITEC .....	7
Transferências da União – Constitucionais e legais.....	8
Transferências Voluntárias da União .....	9
FUNDEB .....	10
Metas de Arrecadação .....	11
Receita Líquida de Impostos e de Transferências Constitucionais .....	12
Aplicação em Saúde .....	13
Aplicação em Educação.....	13
Receita Corrente Líquida – (12 meses).....	14
Gastos com Pessoal .....	15
Receita Líquida Real – (12 meses).....	16
Serviço da Dívida Consolidada .....	17
Receita Líquida Disponível - RLD .....	17
Repasse aos Poderes.....	18
Investimentos.....	19
Restos a Pagar .....	21
Despesas de Custeio .....	22
Transferências Voluntárias realizadas pelo Estado .....	23
Estoque da Dívida Ativa.....	24
Resultado Financeiro .....	25
Saldo de Precatórios a Pagar .....	26
Indicadores de Desempenho .....	28



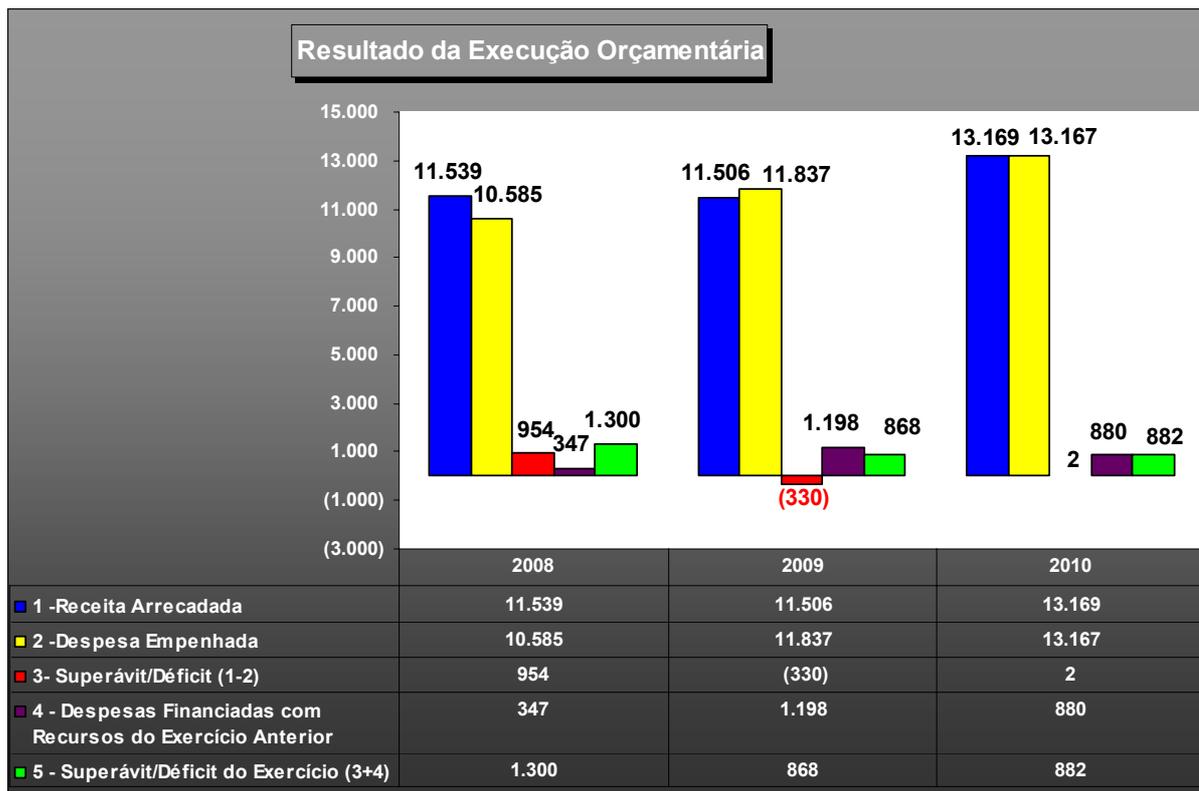
Indicadores Contábeis de Desempenho – até o mês de dezembro/2010

ANÁLISE DOS INDICADORES CONTÁBEIS DE DESEMPENHO

INFORMAÇÕES ATÉ O MÊS DE DEZEMBRO/2010

Resultado da Execução Orçamentária

Até o mês de dezembro de 2010 a receita totalizou R\$ 13,169 bilhões e a despesa R\$ 13,167 bilhões. Do total de despesa realizado até o presente mês, R\$ 12,287 bilhões foram financiados com recursos arrecadados em 2010 e R\$ 882 milhões foram financiados com recursos arrecadados em exercícios anteriores. O resultado da execução orçamentária até o mês de dezembro de 2010, confronto entre receitas arrecadadas no ano e despesas realizadas financiadas com recursos do ano, demonstrou um superávit orçamentário de R\$ 845 milhões.



Fontes: Demonstrativo da Receita Orçamentária Arrecadada – Consolidado Geral

Demonstrativo da Despesa Orçamentária Liquidada – Consolidado Geral



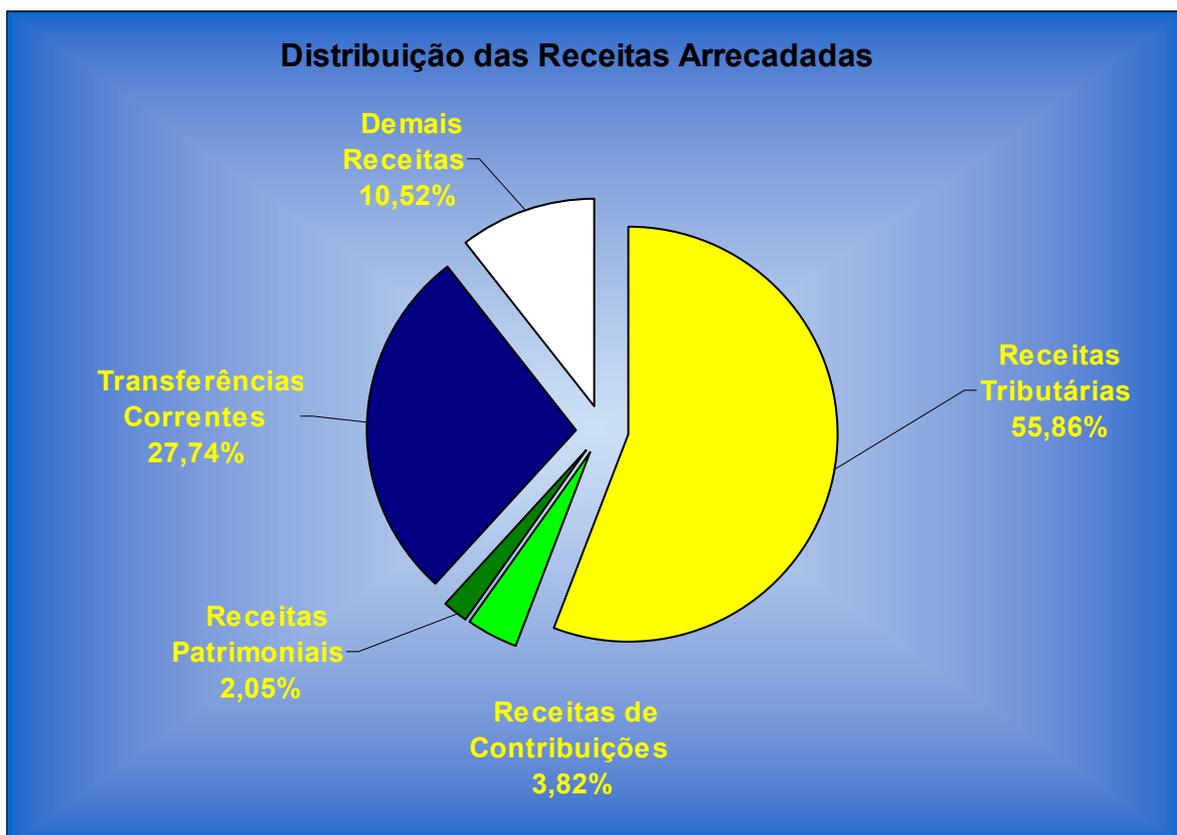
## Indicadores Contábeis de Desempenho – até o mês de dezembro/2010

### Análise das Receitas

A receita bruta arrecadada pelo Estado totalizou R\$ 18,255 bilhões. Deste montante R\$ 5,086 bilhões foram deduzidos a título de Transferências Constitucionais aos Municípios, Restituições e FUNDEB, restando R\$ 13,169 bilhões para o Estado, com aumento de 14,45% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Deste montante as principais receitas são:

- Receitas Tributárias;
- Receitas de Contribuições;
- Receitas Patrimoniais;
- Transferências Correntes e
- Demais Receitas.



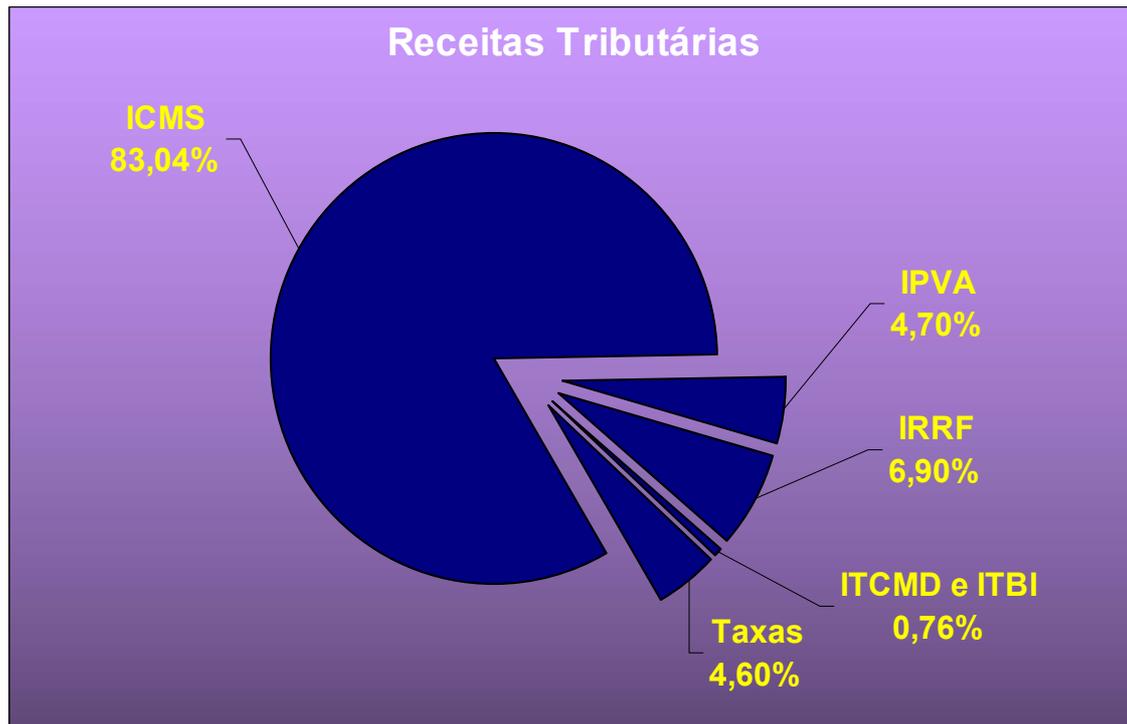
Fonte: Demonstrativo da Receita Orçamentária Arrecadada – Consolidado Geral



## Indicadores Contábeis de Desempenho – até o mês de dezembro/2010

### Receitas Tributárias

As receitas tributárias (ICMS, IPVA, IRRF, ITCMD, ITBI e TAXAS), correspondem a 55,86% da receita total (já com as deduções) e o ICMS, que é a maior fonte de recurso do Estado, corresponde a 46,39% da receita total e 83,04% das receitas tributárias.



Fonte: Demonstrativo da Receita Orçamentária Arrecadada – Consolidado Geral

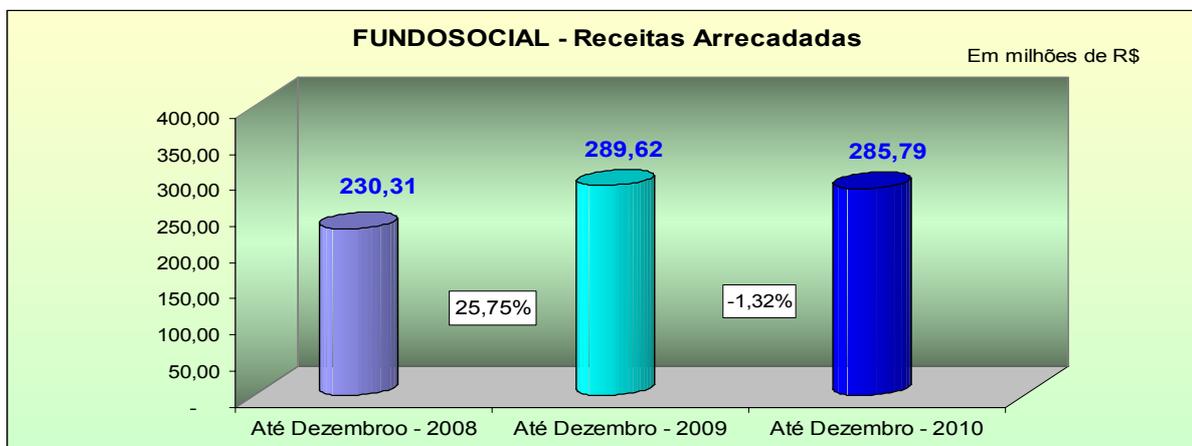
### Receitas do FUNDOSOCIAL

Criado em fevereiro de 2005, através da Lei nº 13.334, o FUNDOSOCIAL tem como finalidades gerar emprego e renda, combater o êxodo rural, capacitar trabalhadores, reduzir déficit habitacional, prevenir doenças e a mortalidade infantil. É um fundo de natureza financeira, gerido pela Secretaria de Estado da Fazenda, constituído com reserva de recursos públicos.

Sua arrecadação até o presente mês de 2010 foi de R\$ 285,79 milhões, um decréscimo de 1,32% em relação ao mesmo período do exercício anterior.



**Indicadores Contábeis de Desempenho – até o mês de dezembro/2010**

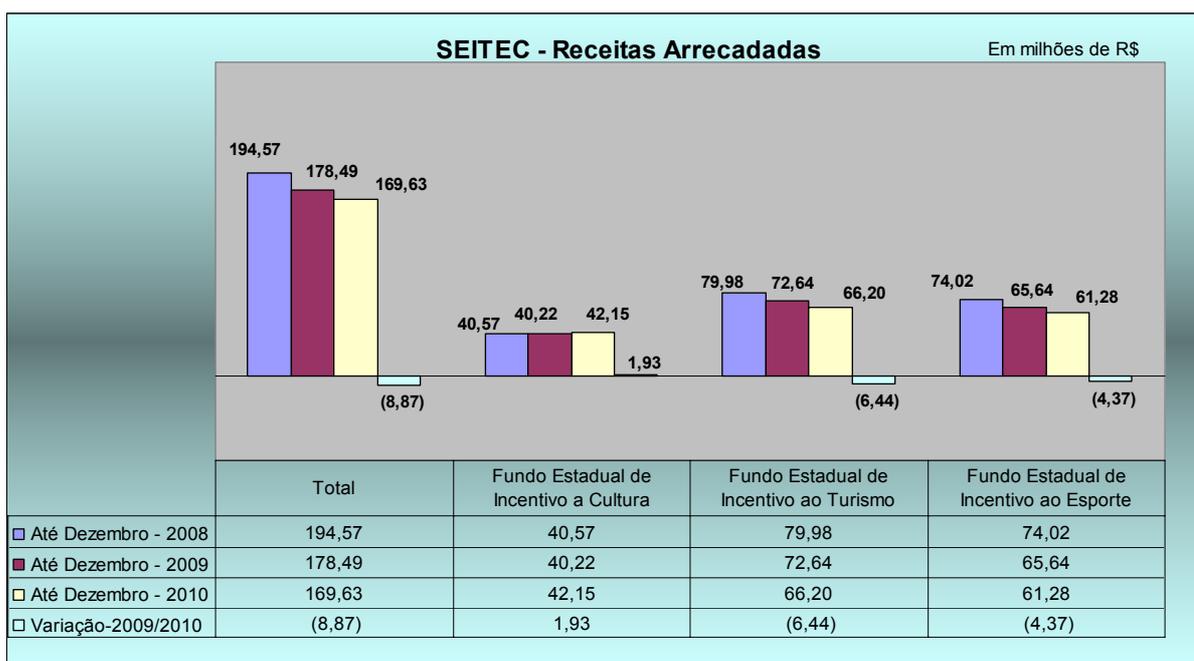


Fonte: Demonstrativo da Receita Orçamentária Arrecadada – Consolidado Geral

**Receitas do SEITEC**

O Sistema Estadual de Incentivo à Cultura, ao Turismo e ao Esporte – SEITEC, instituído pela Lei Estadual nº 13.336/05, é composto pelos Fundos Estaduais de Incentivo: à Cultura – FUNCULTURAL, ao Turismo – FUNTURISMO e ao Esporte – FUNDESORTE, Os Fundos do SEITEC, geridos pela Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte, tem por objetivo estimular o financiamento de projetos culturais, turísticos e esportivos.

A arrecadação dos Fundos do SEITEC no período analisado de 2010 totalizou R\$ 169,63 milhões, decréscimo de 4,97% em relação ao mesmo período de 2009.



Fonte: Demonstrativo da Receita Orçamentária Arrecadada – Consolidado Geral



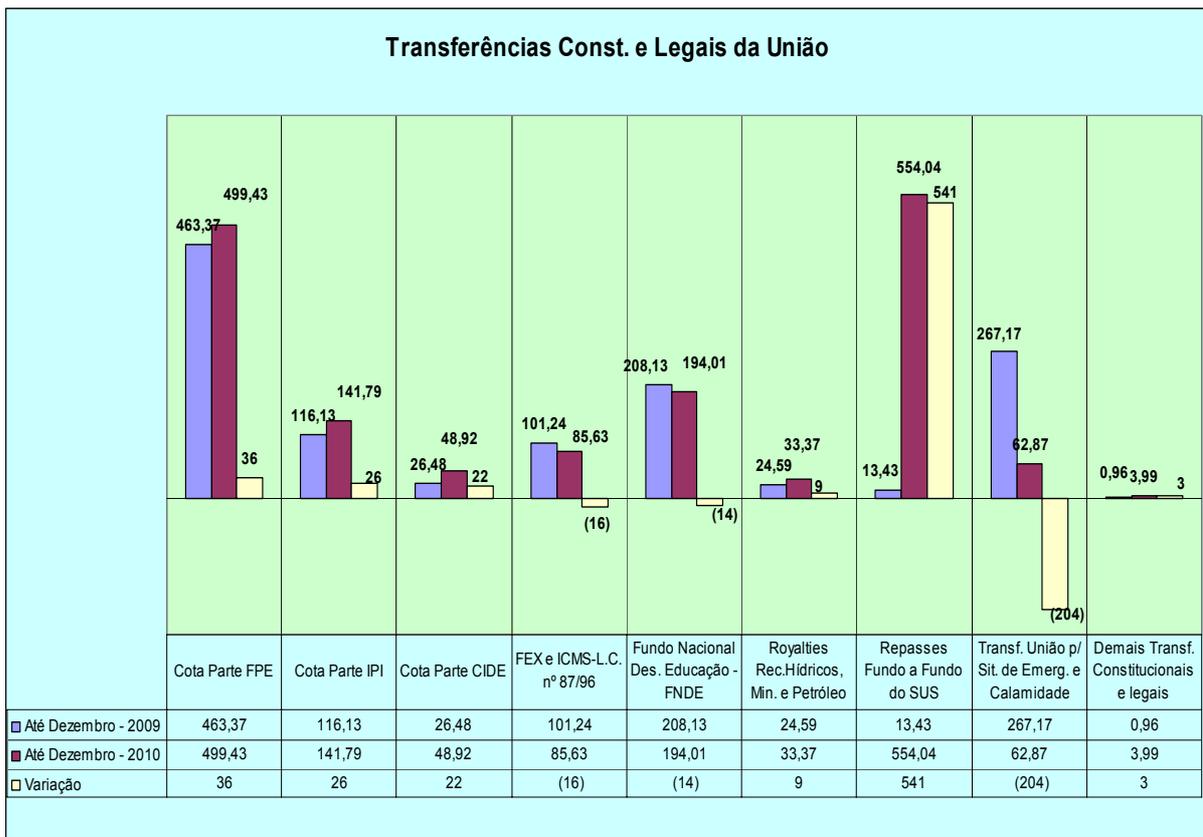
**Indicadores Contábeis de Desempenho – até o mês de dezembro/2010**

**Transferências da União – Constitucionais e legais.**

Existem dois tipos de transferências da União: as Constitucionais e Legais e as Transferências Voluntárias da União. Dentre as Constitucionais e Legais destacam-se o FPE, IPI-Exportação, CIDE, FEX e ICMS Desoneração – L.C. nº 87/96.

No período analisado o Estado recebeu o montante de R\$ 1,870 bilhão. No entanto, deste valor foram deduzidos R\$ 246 milhões a título de repasses Constitucionais aos Municípios, Restituições e FUNDEB, restando R\$ 1,624 bilhão para o Estado, o que resultou em um acréscimo de 32,95% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Cabe relatar que até 2009 os repasses Fundo a Fundo do SUS recebidos pelo Estado eram contabilizados como Receitas Correntes – Transferências de convênios. A partir de 2010 esses valores passaram a ser contabilizados como transferências Constitucionais e Legais da União - Repasses Fundo a Fundo do SUS. A seguir apresentamos de forma detalhada os principais repasses Constitucionais e Legais recebidos da União no período em análise:



Fonte: Demonstrativo da Receita Orçamentária Arrecadada – Consolidado Geral



**Indicadores Contábeis de Desempenho – até o mês de dezembro/2010**

**Transferências Voluntárias da União**

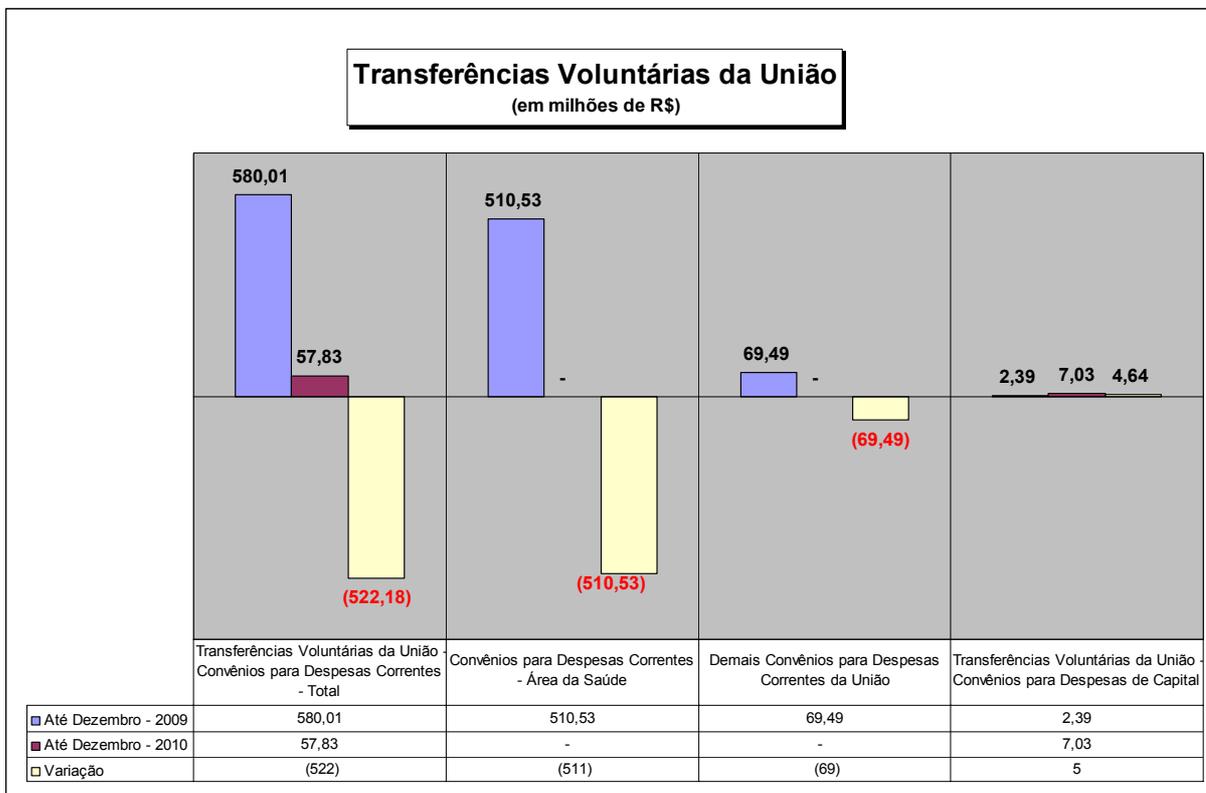
As Transferências Voluntárias desdobram-se em correntes e de capital.

São correntes as destinadas a cobrir gastos de custeio do Estado, através de repasses para programas de educação, saúde entre outras.

São classificadas como transferências de capital quando a aplicação estiver condicionada a investimentos ou inversões financeiras (gastos de capital).

Analisando estas receitas até o presente mês temos:

- Transferências voluntárias correntes de R\$ 58 milhões, com queda de 90,03% em relação ao mesmo período do exercício de 2009. Grande parte dessa redução explica-se pela reclassificação dos repasses Fundo a Fundo do SUS, até 2009 registrados como convênios correntes da área da Saúde e que passaram em 2010 a serem contabilizados como transferências Constitucionais e Legais da União; e
- Transferências voluntárias de capital de R\$ 7,03 milhões até o presente mês em 2010, representando um incremento de 193,95% em relação ao mesmo período de 2009.



Fonte: Demonstrativo da Receita Orçamentária Arrecadada – Consolidado Geral

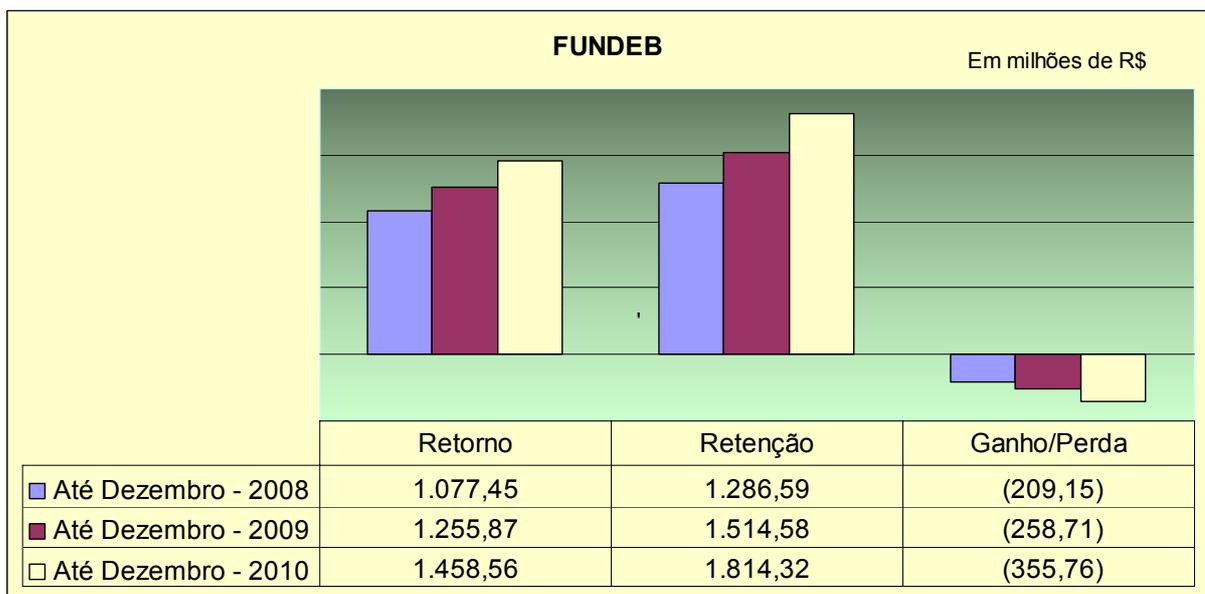


**Indicadores Contábeis de Desempenho – até o mês de dezembro/2010**

**FUNDEB**

Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, criado em substituição ao FUNDEF, é constituído no âmbito de cada Estado membro pelo aporte de recursos do Estado e dos seus Municípios, com o objetivo de dispor recursos para manutenção e desenvolvimento da educação básica e à remuneração condigna dos trabalhadores da educação. A redistribuição dos recursos do FUNDEB ao Estado e aos Municípios é realizada de forma proporcional ao número de alunos matriculados nas respectivas redes de ensino.

O Estado de Santa Catarina no período janeiro a dezembro de 2010 contribuiu com o montante de R\$ 1,814 bilhão, retornando para o Estado R\$ 1,458 bilhão, ocasionando uma perda para o Tesouro do Estado de R\$ 356 milhões. Comparativamente ao mesmo período do ano anterior houve um aumento na perda do FUNDEB na ordem de 37,51%.



Fonte: Demonstrativo da Receita Orçamentária Arrecadada – Consolidado Geral



## Indicadores Contábeis de Desempenho – até o mês de dezembro/2010

---

### Metas de Arrecadação

Conforme determina o art. 13 da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF), em até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, as receitas previstas serão desdobradas, pelo Poder Executivo, em metas bimestrais de arrecadação, com a especificação, em separado, quando cabível, das medidas de combate à evasão e à sonegação, da quantidade e valores de ações ajuizadas para cobrança da dívida ativa, bem como da evolução do montante dos créditos tributários passíveis de cobrança administrativa.

As metas são monitoradas mensalmente, por Fonte de Recursos, agrupadas em dois grupos de destinação de recursos.

- **Recursos do Tesouro** - São aqueles geridos de forma centralizada pelo Poder Executivo, normalmente pelo órgão central de programação financeira, que administra o fluxo de caixa, fazendo liberações aos demais órgãos e entidades integrantes da Lei Orçamentária Anual.

#### Principais receitas:

- Impostos (ICMS, IPVA, ITCMD);
  - Taxas (Segurança Pública e outras);
  - Salário Educação;
  - FUNDEB;
  - Operações de Crédito.
- 
- **Recursos de Outras Fontes** - São aqueles arrecadados e controlados de forma descentralizada e cuja disponibilidade está geralmente sob responsabilidade dos órgãos e entidades da Administração Indireta (Autarquias, Fundações, Fundos Especiais e Empresas), mesmo nos casos em que dependam de autorização do Órgão Central de Programação Financeira para dispor desses valores.

Geralmente esses recursos têm origem no esforço próprio das entidades: pelo fornecimento de bens; prestação de serviços e exploração econômica do patrimônio próprio.

Analisando a arrecadação do ano 2010, os recursos do tesouro, bem como recursos de outras fontes não atingiram as metas de arrecadação estabelecidas.



### Indicadores Contábeis de Desempenho – até o mês de dezembro/2010

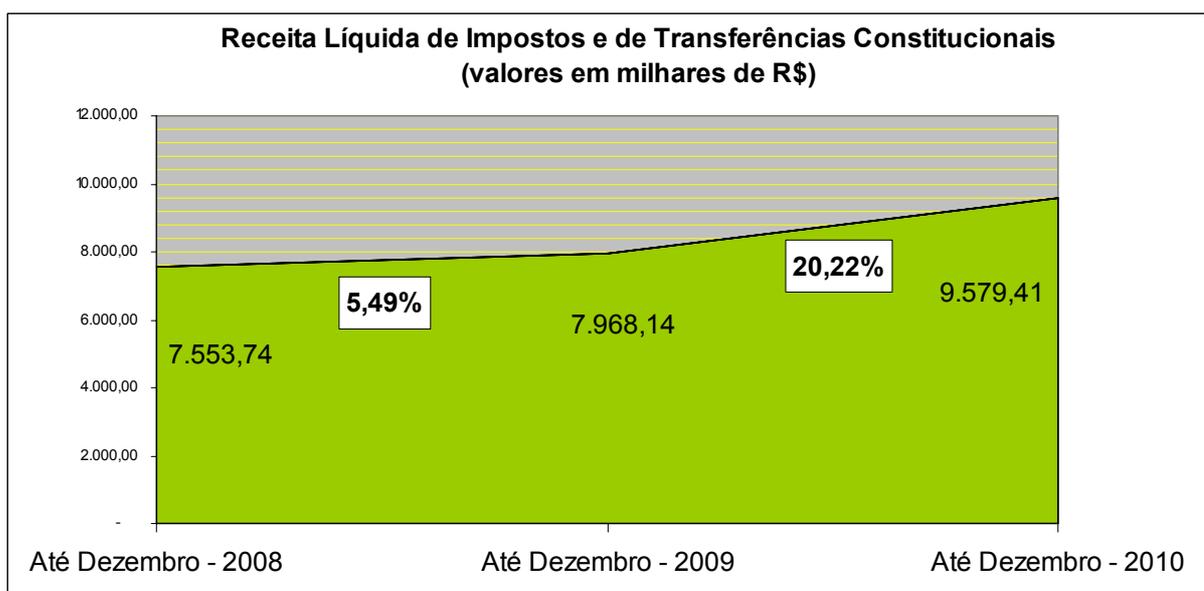
O desempenho da arrecadação até o mês de dezembro dos anos de 2008, 2009 e 2010 foi o seguinte:

RESULTADOS ATÉ O MÊS		2008		2009		2010	
RECURSOS DO TESOURO	META:	8.328,15	100,00%	9.473,30	100,00%	10.365,09	100,00%
	ARRECADADO	8.674,91	104,16%	8.632,88	91,13%	10.208,14	98,49%
	RESULTADO	347	4,16%	(840)	-8,87%	(156,95)	-1,51%
RECURSOS DE OUTRAS FONTES	META:	2.360,10	100,00%	2.721,77	100,00%	3.081,96	100,00%
	ARRECADADO	2.863,63	121,34%	2.873,39	105,57%	2.960,78	96,07%
	RESULTADO	504	21,34%	152	5,57%	(121,19)	-3,93%

Fonte: Demonstrativo das Metas bimestrais de Arrecadação – Consolidado Geral

### Receita Líquida de Impostos e de Transferências Constitucionais

Esta receita serve de base para o cálculo dos valores a serem aplicados em saúde e educação. O Valor acumulado no período de janeiro a dezembro de 2010 foi R\$ 9,579 bilhões, com um acréscimo de R\$ 1,611 bilhão (20,22%) em relação ao mesmo período do exercício anterior.



Fontes: Demonstrativo da Receita Líquida de Impostos e das Despesas Próprias com Educação  
Demonstrativo da Receita Líquida de Impostos e das Despesas Próprias com Saúde

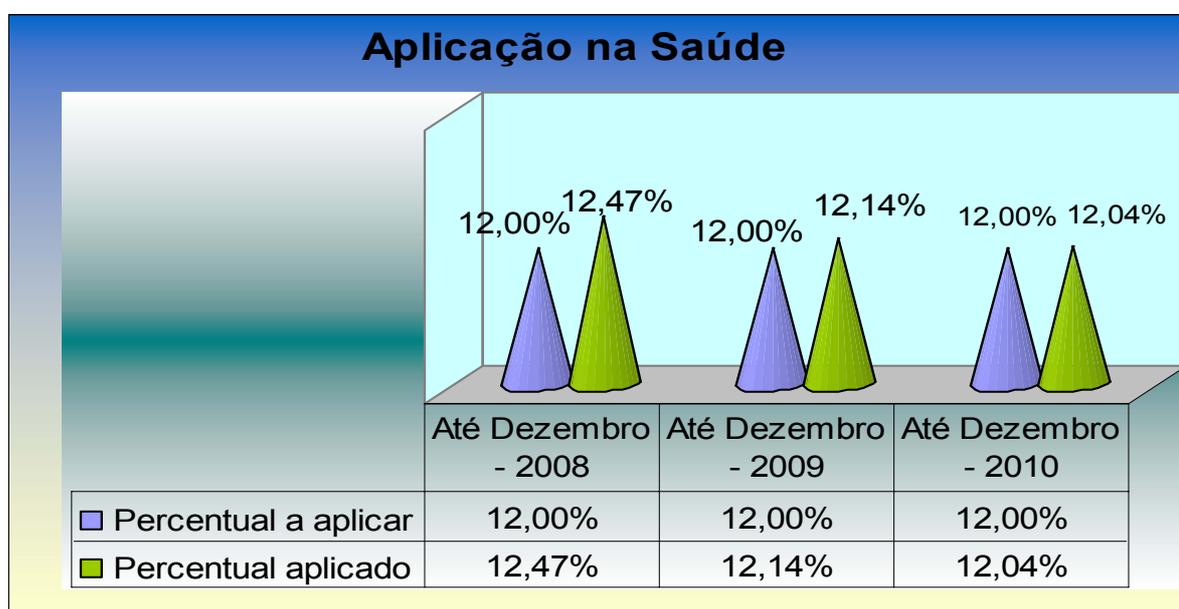


## Indicadores Contábeis de Desempenho – até o mês de dezembro/2010

### Aplicação em Saúde

Devem ser aplicados anualmente em saúde 12% da Receita Líquida de Impostos.

A aplicação em saúde foi de R\$ 1,154 bilhão até o mês de dezembro de 2010, valor superior em 19,27% ao mesmo período de 2009, e superior aos 12% da Receita Líquida de Impostos (R\$ 1,149 bilhão) que deveriam ser aplicados conforme a Constituição Federal. Cabe ressaltar que o cumprimento da aplicação do mínimo de 12% em gastos com saúde deverá ser comprovado anualmente por ocasião do encerramento do exercício, conforme determina o mandamento Constitucional.



Fonte: Demonstrativo da Receita Líquida de Impostos e das Despesas Próprias com Saúde

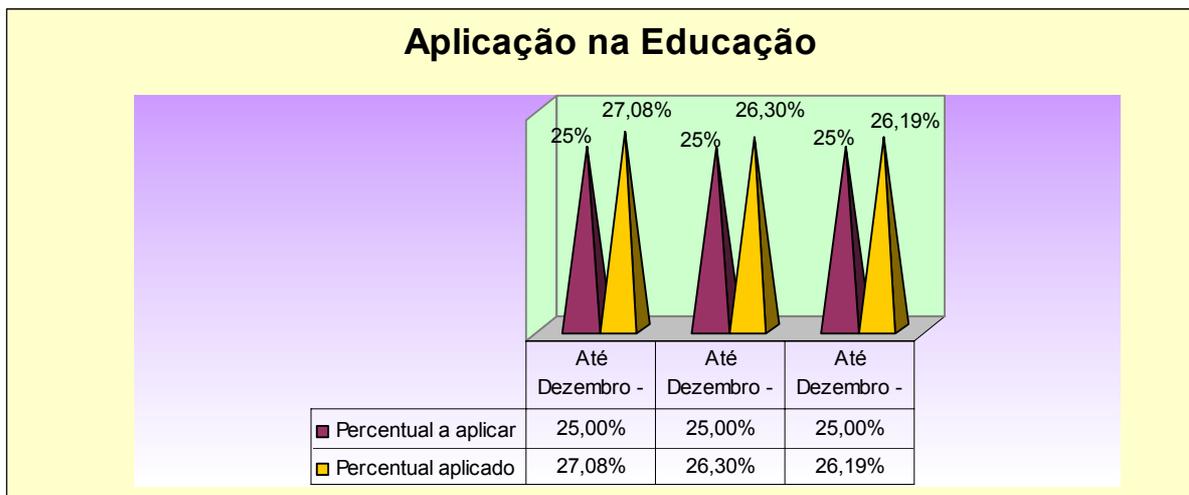
### Aplicação em Educação

Devem ser aplicados anualmente 25% da Receita Líquida de Impostos em manutenção e desenvolvimento do ensino.

Em relação à aplicação em educação até o presente mês de 2010 o percentual aplicado foi inferior ao aplicado no mesmo período do exercício anterior e superior ao mínimo a ser aplicado, conforme apresentado no gráfico a seguir.



## Indicadores Contábeis de Desempenho – até o mês de dezembro/2010

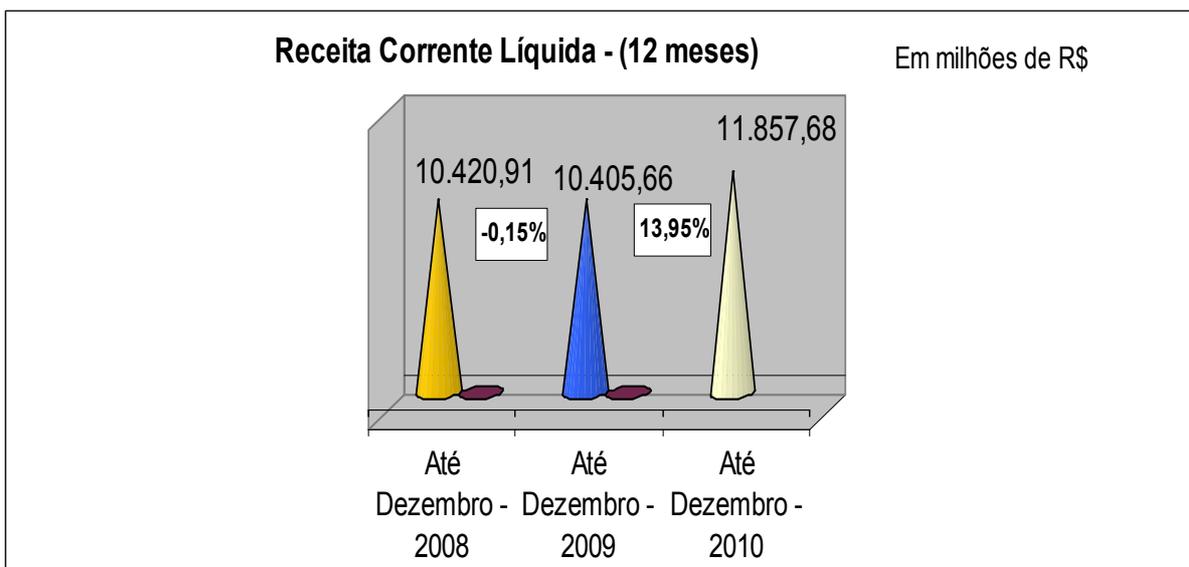


Fonte: Demonstrativo da Receita Líquida de Impostos e das Despesas Próprias com Educação

### Receita Corrente Líquida – (12 meses).

Esse conceito foi instituído pela Lei de Responsabilidade Fiscal para servir de base para o cálculo da reserva de contingência e para a apuração dos limites da despesa total com pessoal, do estoque da dívida pública, das contratações de operações de crédito e das garantias e contra-garantias.

Nos últimos 12 meses a Receita Corrente Líquida alcançou o montante de R\$ 11,86 bilhões, com um acréscimo de 13,95% em relação ao mesmo período do exercício anterior.



Fonte: Demonstrativo da Receita Corrente Líquida



## Indicadores Contábeis de Desempenho – até o mês de dezembro/2010

### Gastos com Pessoal

O limite total dos gastos com pessoal do Estado é de 60% da Receita Corrente Líquida, conforme tabela abaixo. A repartição desse limite total é ditada pelo art. 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal para cada esfera de governo, conforme segue:

PODERES E ÓRGÃOS	ESFERAS		
	FEDERAL	ESTADUAL	MUNICIPAL
Legislativo, incluído o Tribunal de Contas	2,50%	3,00%	6,00%
Judiciário	6,00%	6,00%	
Executivo	40,90%	49,00%	54,00%
Ministério Público	0,60%	2,00%	
<b>CONSOLIDADO GERAL</b>	<b>50,00%</b>	<b>60,00%</b>	<b>60,00%</b>

No âmbito estadual três tipos de controle dos gastos com pessoal devem ser observados: Limite Legal, Limite Prudencial e Limite de Alerta.

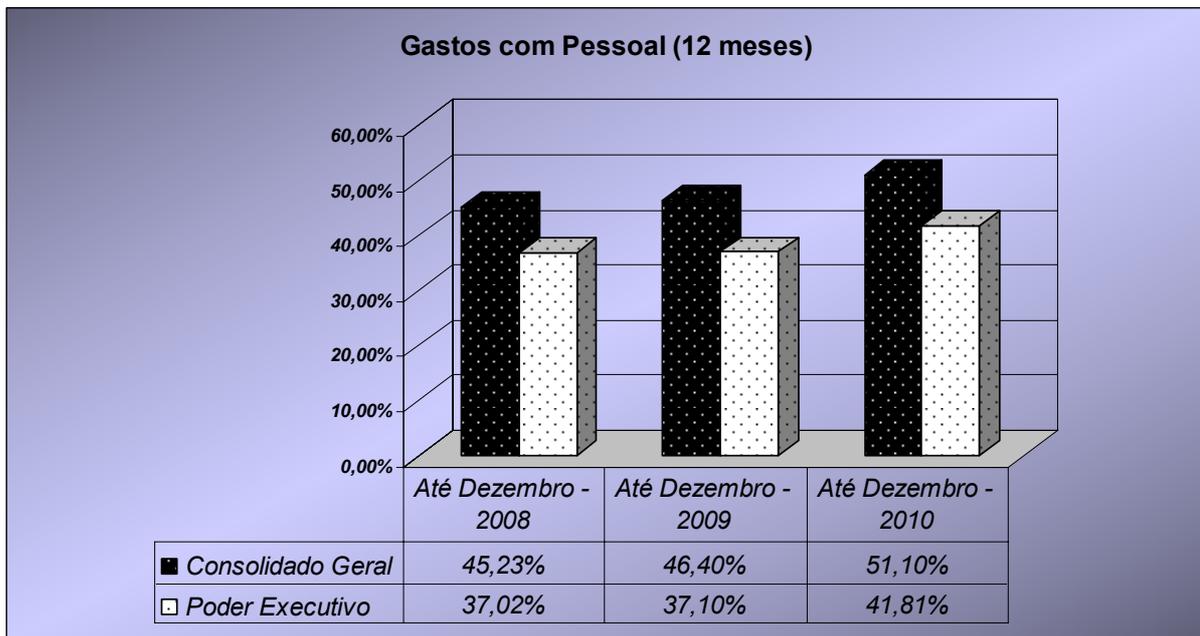
A repartição desses limites na Esfera Estadual, por poder e órgão, é a seguinte:

Especificação	1 - Limite Legal	2 - Limite Prudencial	3 - Limite de alerta
Consolidado Geral (Ente)	60,00%		
<b>Poder Executivo</b>	<b>49,00%</b>	<b>46,55%</b>	<b>44,10%</b>
Poder Legislativo	3,00%	2,85%	2,70%
Tribunal de Contas	2,20%	2,09%	0,72%
Ass. Legislativa	0,80%	0,76%	1,98%
Poder Judiciário	6,00%	5,70%	5,40%
Ministério Público	2,00%	1,90%	1,80%

Tanto na análise dos dados do consolidado geral quanto nos dados do Poder Executivo os gastos com pessoal encontram-se abaixo do limite legal, sendo que em relação ao exercício anterior houve um aumento do comprometimento da Receita Corrente Líquida com os Gastos com Pessoal no Poder Executivo de 4,71% e no consolidado geral de 4,70%.



Indicadores Contábeis de Desempenho – até o mês de dezembro/2010



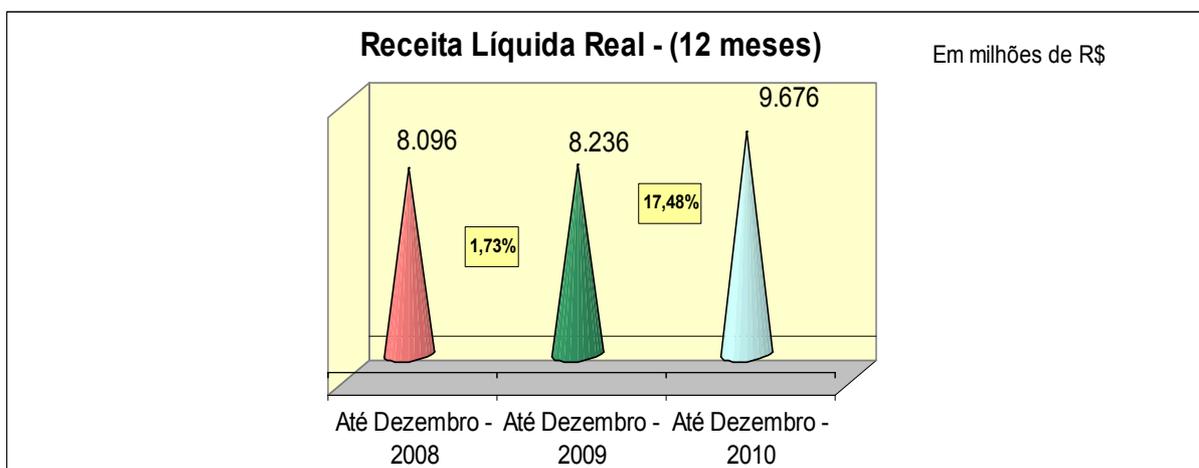
Fonte: Demonstrativo da Despesa com Pessoal

**Receita Líquida Real – (12 meses).**

Esta receita foi conceituada na Lei Federal nº 9.496/97, que proporcionou a renegociação das dívidas dos entes da federação e serve de base para o pagamento da dívida pública renegociada (intra-limite).

Pela renegociação do Estado com a União, o desembolso intra-limite é de 13% da Receita Líquida Real. No entanto tem-se também o desembolso com a dívida extra-limite, que correspondem aos contratos que naquela data não entraram na renegociação, bem como os desembolsos relativos aos contratos que foram firmados posteriormente a essa data.

Nos últimos 12 meses houve um incremento da Receita Líquida Real de 17,48% em relação ao mesmo período do ano anterior.



Fonte: Demonstrativo da Receita Líquida Real



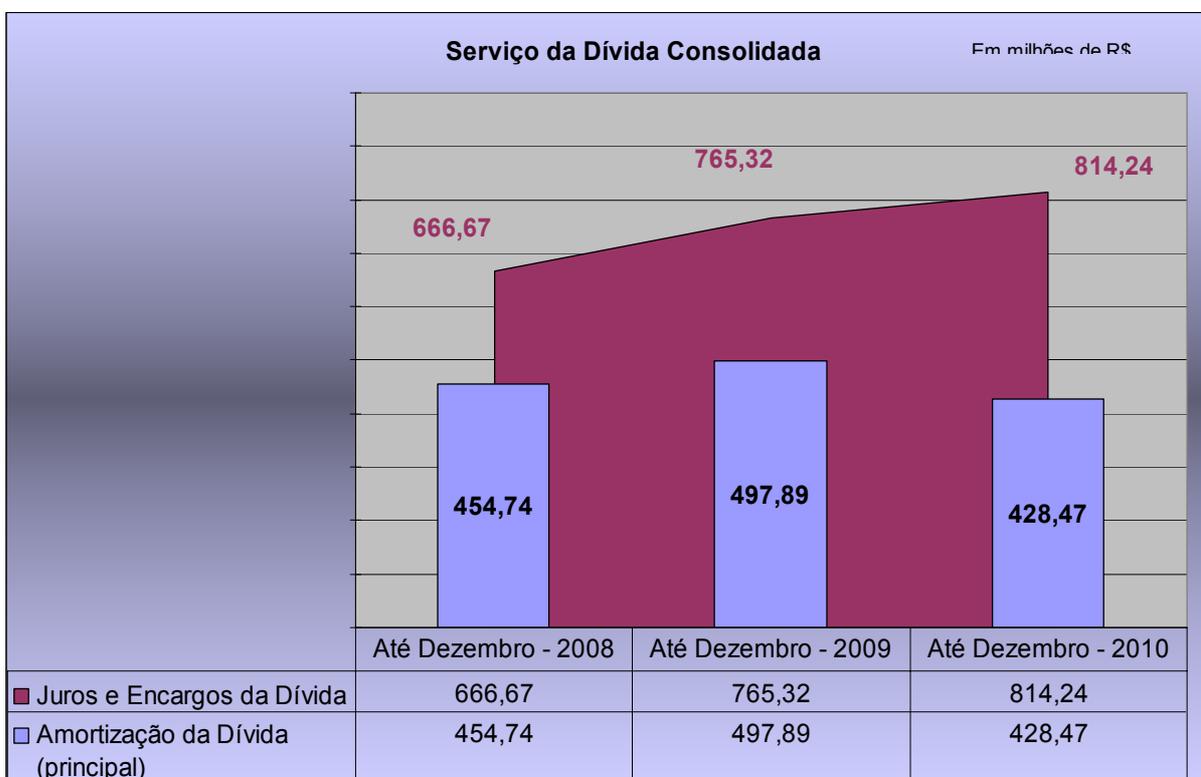
## Indicadores Contábeis de Desempenho – até o mês de dezembro/2010

### Serviço da Dívida Consolidada

O Serviço da Dívida Pública Consolidada engloba os Juros, os Encargos e as Amortizações da Dívida Pública Consolidada.

Até o presente mês de 2010 a despesa com o Serviço da Dívida Pública totalizou R\$ 1,243 bilhão, enquanto no mesmo período de 2009 atingiu R\$ 1,263 bilhão.

Houve um decréscimo de 1,62% em relação ao mesmo período do ano anterior.



Fonte: Demonstrativo da Despesa Orçamentária Liquidada – Consolidado Geral

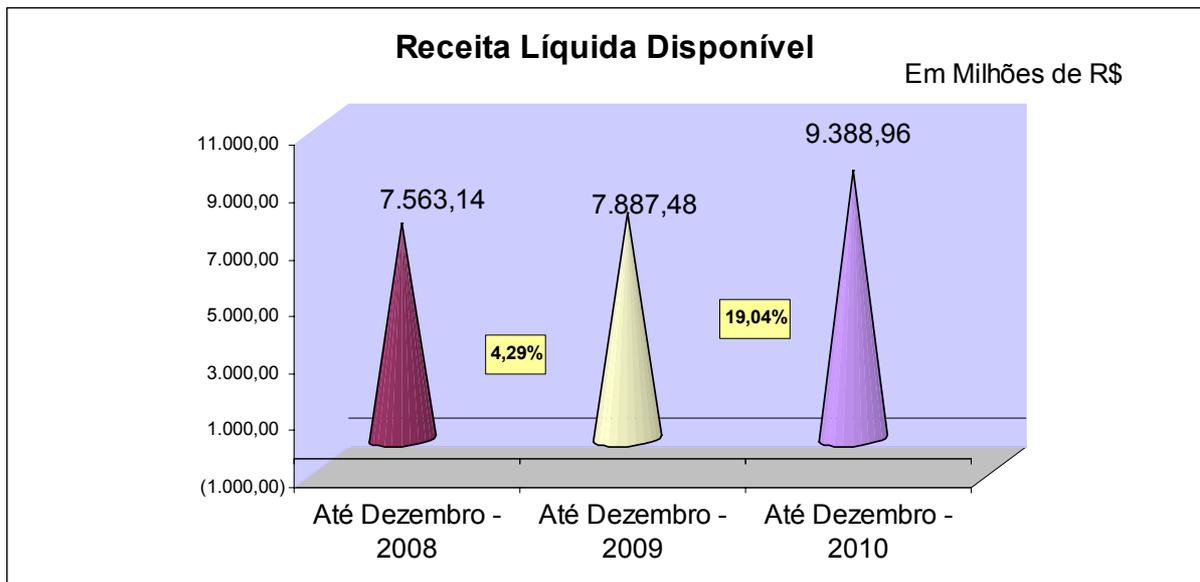
### Receita Líquida Disponível – RLD

O conceito da Receita Líquida Disponível é definido na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO. A RLD serve de base para o cálculo para os repasses dos duodécimos do orçamento pertencentes aos Poderes e órgãos e a UDESC.

De janeiro a dezembro de 2010 totalizou R\$ 9,389 bilhões com um crescimento de R\$ 1,501 bilhão (19,04%) em relação ao mesmo período do exercício anterior.



### Indicadores Contábeis de Desempenho – até o mês de dezembro/2010



Fonte: Demonstrativo da Receita Líquida Disponível – Administração Direta

### Repassse aos Poderes

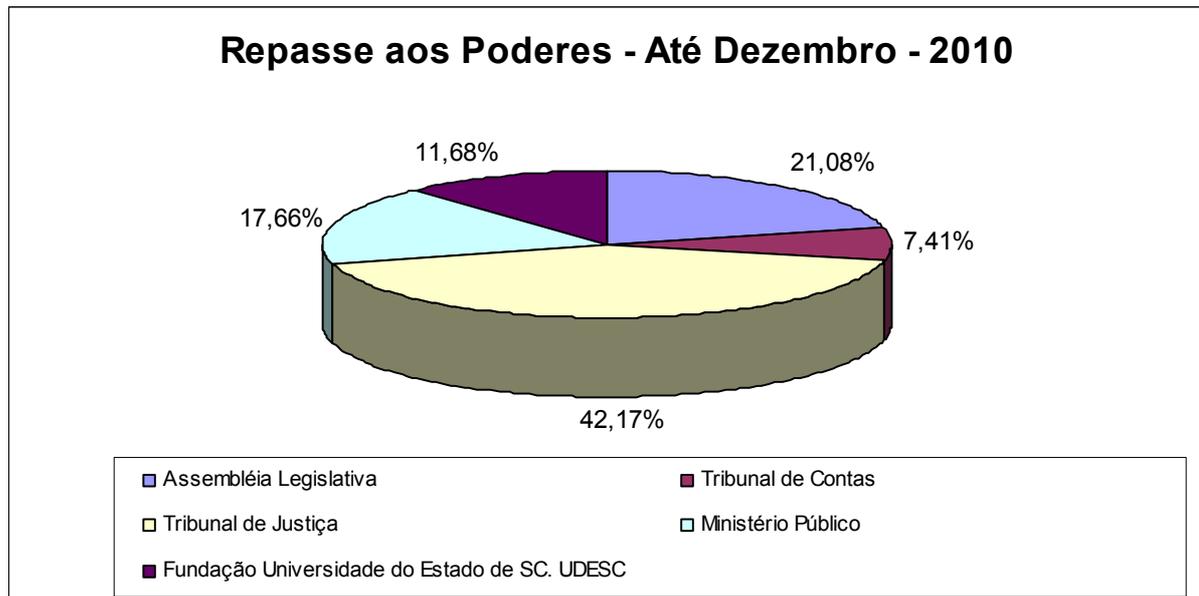
Assim como o conceito da Receita Líquida Disponível - RLD, os percentuais de repasses aos Poderes e órgãos são definidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO.

Até dezembro de 2010 foram repassados R\$ 1,615 bilhão (17,20% da Receita Líquida Disponível do período) com um acréscimo de 17,69% em relação ao ano anterior. Os repasses foram assim distribuídos em decorrência dos percentuais serem diferenciados:

Poder ou Órgão	% de Participação na RLD fixado na LDO	Valor Repassado até o mês em 2010 (em milhões de R\$)
Assembléia Legislativa	3,70	340
Tribunal de Contas	1,30	120
Tribunal de Justiça	7,40	681
Ministério Público	3,10	285
UDESC	2,05	189



Indicadores Contábeis de Desempenho – até o mês de dezembro/2010

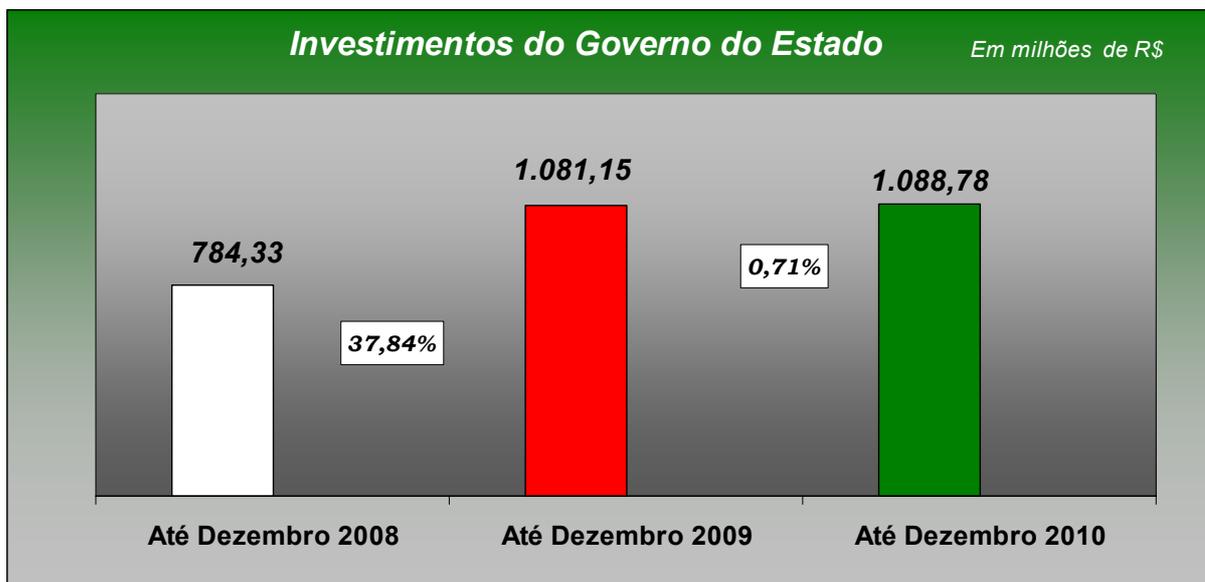


Fonte: Demonstrativo da Participação na Receita Líquida Disponível

### Investimentos

Investimentos são as despesas de capital destinadas ao planejamento e a execução de obras públicas, à aquisição de instalações, de equipamentos e de materiais permanentes.

Os investimentos realizados pelo Estado de Santa Catarina no período de janeiro a dezembro de 2010 perfazem o valor de R\$ 1,088 bilhão, 0,71% maior que o mesmo período do ano anterior.



Fonte: Demonstrativo da Despesa Orçamentária empenhada – Consolidado Geral

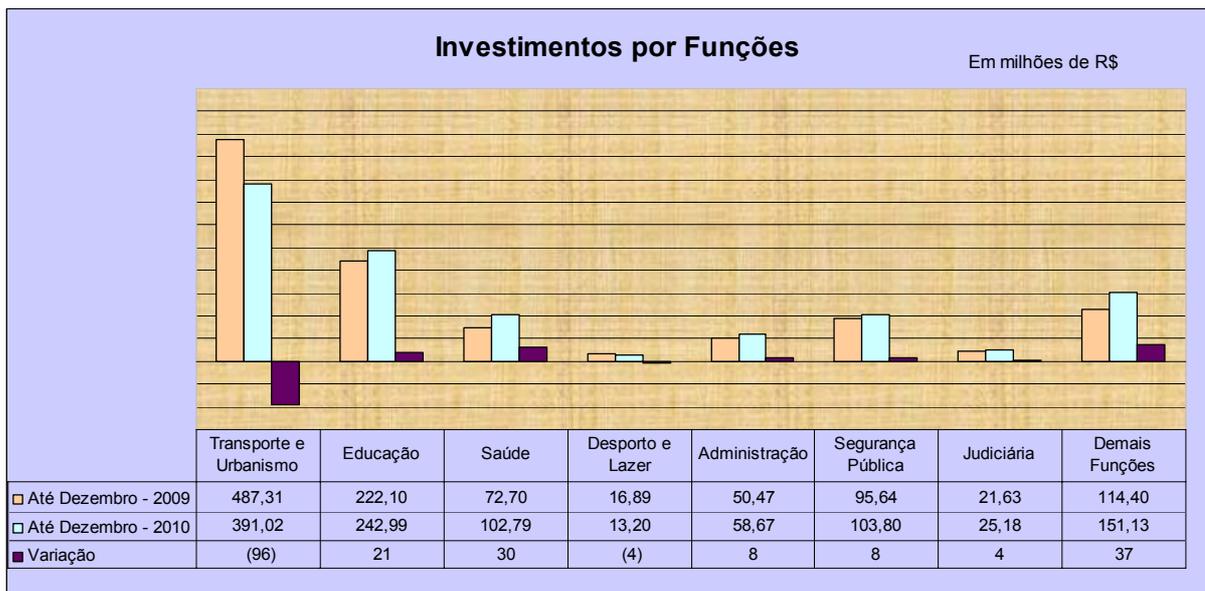


**Indicadores Contábeis de Desempenho – até o mês de dezembro/2010**

A Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério do Orçamento e Gestão define a classificação da despesa pública por Função de Governo.

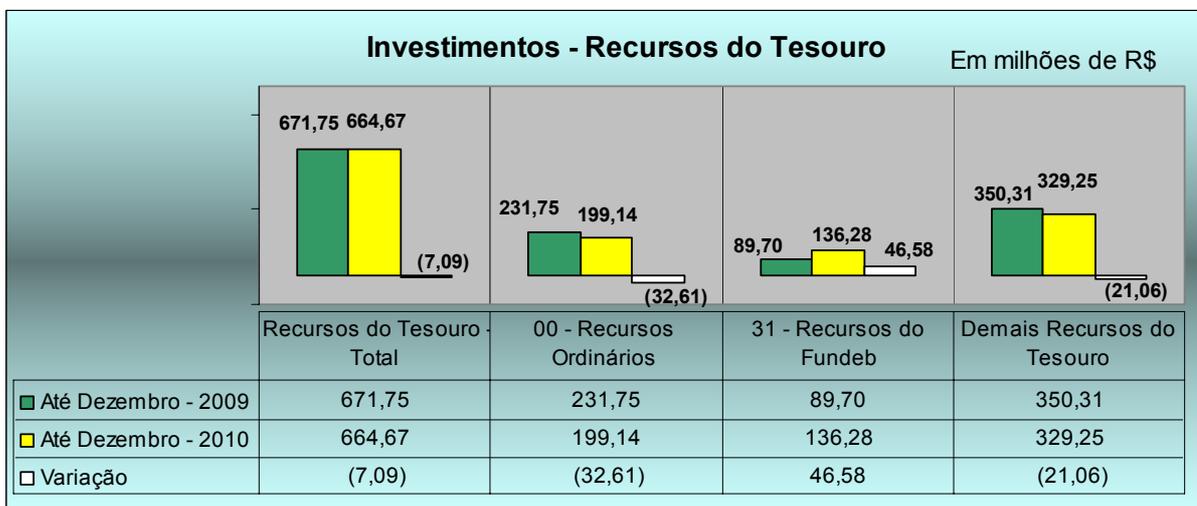
A Função, na classificação da despesa pública, é o maior nível de agregação das diversas áreas de despesa que competem ao setor público.

Distribuídos por funções de governo os investimentos foram alocados nas seguintes áreas:



Fonte: Consulta Discoverer – Demonstrativo dos Investimentos por Funções – valores empenhados – Consolidado Geral.

Do total dos Investimentos até o presente mês em 2010, 61,05% foram financiados com recursos do Tesouro e 38,95% com Recursos de Outras Fontes. Segue detalhamento dos Investimentos realizados com Recursos do Tesouro:



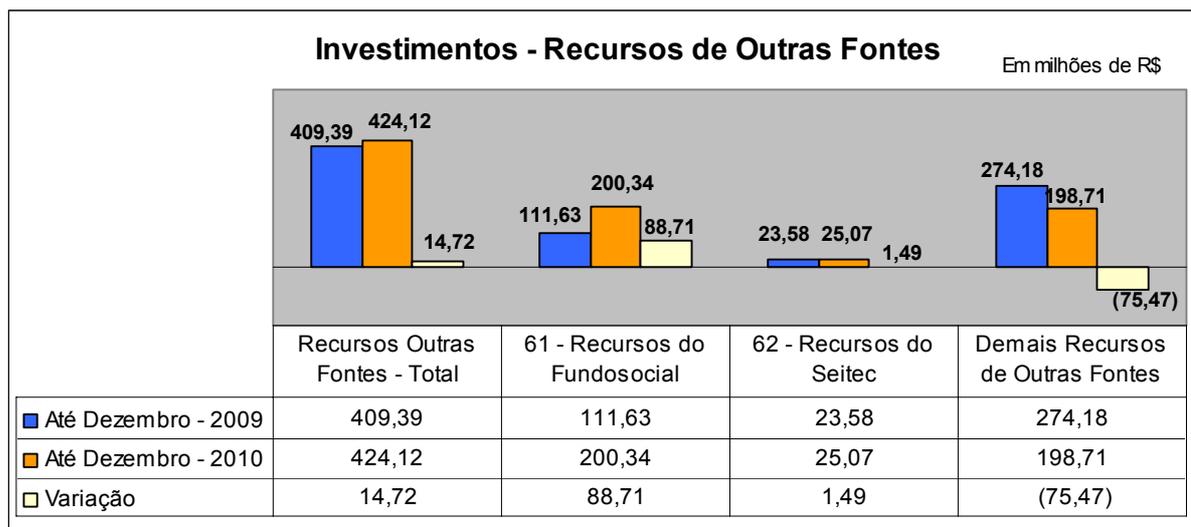
Fonte: Consulta Discoverer – Investimentos por Fontes de Recursos – valores empenhados – Consolidado Geral.



## Indicadores Contábeis de Desempenho – até o mês de dezembro/2010

Verifica-se que houve um decréscimo de 0,71% no período em análise de 2009 para 2010 nos Investimentos com Recursos do Tesouro.

O gráfico a seguir demonstra os Investimentos realizados com Recursos de Outras Fontes:



Fonte: Consulta Discoverer – Investimentos por Fontes de Recursos – valores empenhados – Consolidado Geral.

Verifica-se que houve um acréscimo de 3,60% no período analisado de 2009 para 2010 nos Investimentos com Recursos de Outras fontes.

### Restos a Pagar

Os restos a pagar são as despesas orçamentárias de competência do exercício empenhadas e não pagas até o seu término. Dividem-se em Restos a Pagar Processados e Restos a Pagar Não-processados.

Empenhar significa fazer uma reserva de orçamento para a contratação de um serviço ou para assegurar a aquisição de um bem.

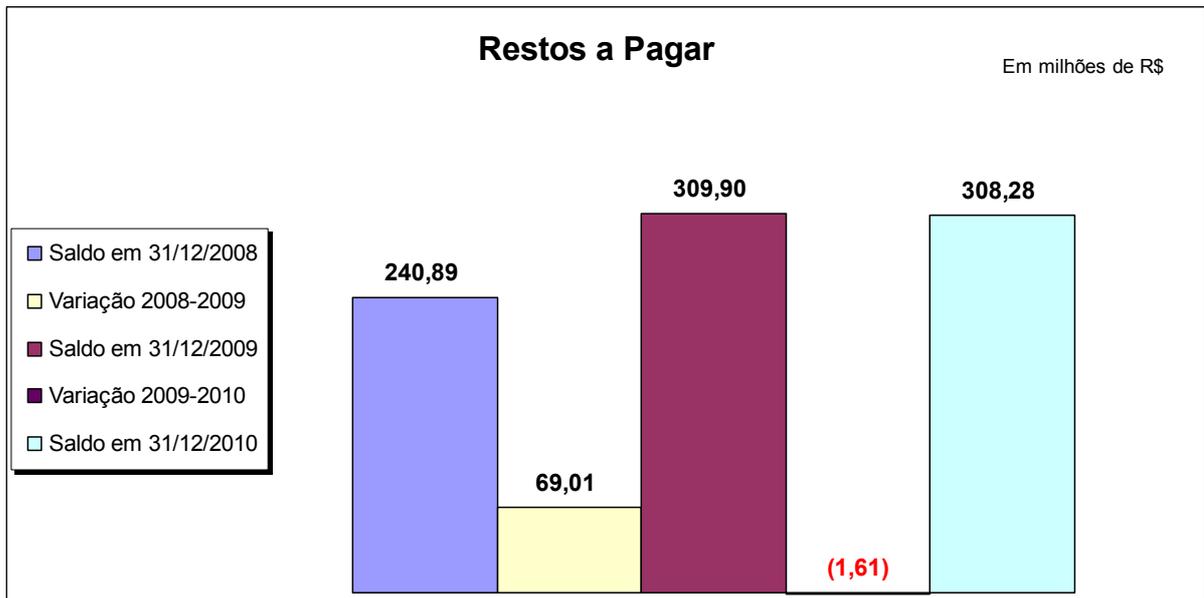
Liquidar significa confirmar o recebimento do bem ou a conclusão do serviço na quantidade, qualidade e condições contratadas, para posterior pagamento.

Assim, entende-se por Restos a Pagar Processados as despesas que, em 31 de dezembro, ultrapassaram o estágio da liquidação da despesa (foi atestado o reconhecimento do débito) e por Restos a Pagar Não Processados, aquelas despesas que foram executadas (compras ou serviços), mas que se encontravam, em 31 de dezembro, em fase de confirmação da quantidade, qualidade e demais condições para o reconhecimento contábil do débito.

No período analisado, tem-se um estoque de R\$ 308,28 milhões em restos a pagar, com um decréscimo de 0,52% em relação ao mesmo período do exercício anterior.



### Indicadores Contábeis de Desempenho – até o mês de dezembro/2010



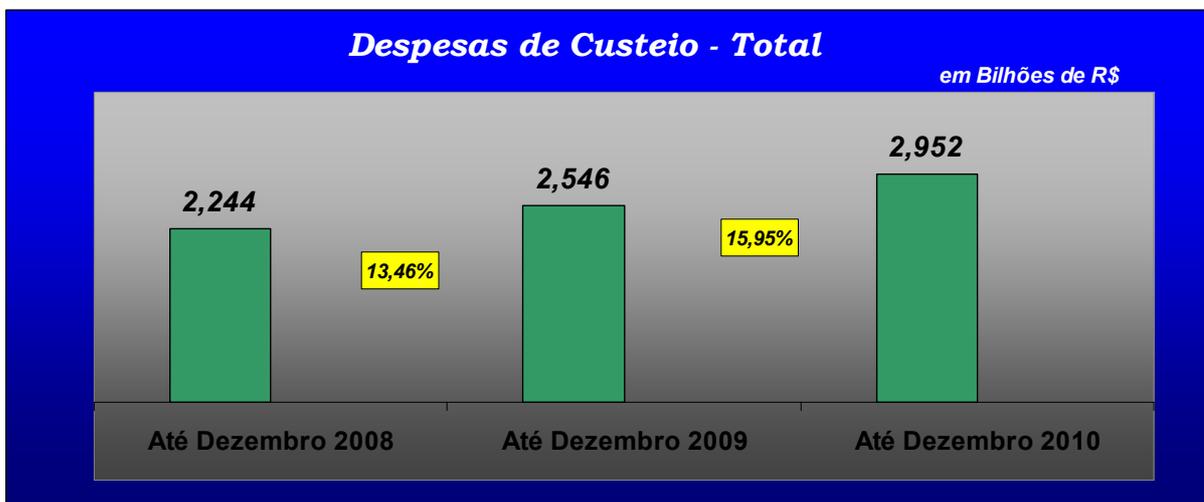
Fonte: Demonstrativo dos Restos a Pagar do Consolidado Geral.

### Despesas de Custeio

As despesas de Custeio são aquelas que visam à manutenção dos serviços públicos existentes e que se destinam a conservação de bens móveis e imóveis.

Para fins deste demonstrativo, foram consideradas como Despesas de Custeio a totalidade do Grupo de Natureza de Despesa 3 - Outras Despesas Correntes nas modalidades de aplicação 90 e 91 (aplicações diretas), excluídos os elementos de Despesa 3.3.90.01 - Aposentadorias e Reformas, 3.3.90.03 - Pensões e 3.3.90.05 - Outros Benefícios Previdenciários.

As despesas de Custeio realizadas pelo Estado de Santa Catarina no período de janeiro a dezembro de 2010 perfazem R\$ 2,952 bilhões, 15,95% superior ao mesmo período do ano anterior.



Fonte: Consulta Relatório Discoverer - Despesas de Custeio – Despesa Empenhada



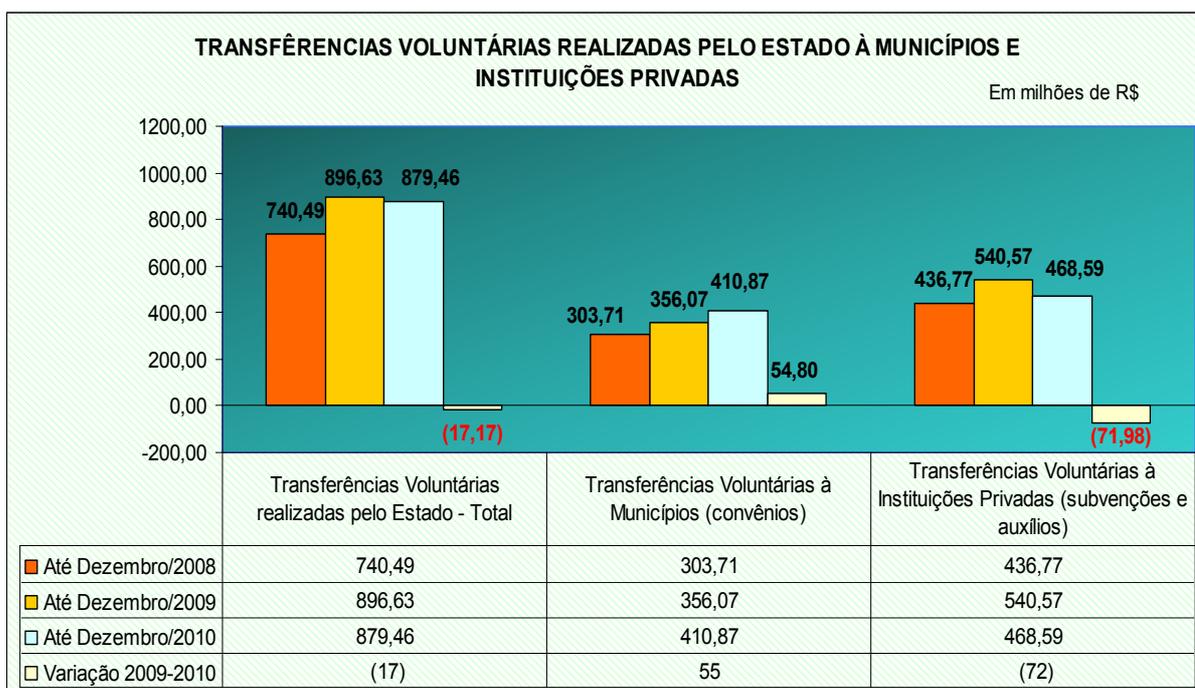
### Indicadores Contábeis de Desempenho – até o mês de dezembro/2010

O quadro abaixo evidencia os principais grupos de despesas de custeio realizadas pelo Estado no período de janeiro a dezembro de 2009 e 2010:

Principais Itens de Custeio	Até o Mês - 2009	Até o Mês - 2010	Varição 2009/2010	Varição 2009/2010 (%)
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	1.150.548.007,24	1.206.549.985,44	56.001.978,20	4,87%
Material de Consumo	500.875.064,80	537.952.407,07	37.077.342,27	7,40%
Locação de Mão-de-Obra	174.948.702,25	222.156.434,55	47.207.732,30	26,98%
Diárias - Pessoal Civil	36.979.752,90	37.786.351,66	806.598,76	2,18%
Diárias - Pessoal Militar	12.091.899,63	12.984.377,66	892.478,03	7,38%
Passagens e Despesas com Locomoção	12.162.204,08	11.031.668,31	(1.130.535,77)	-9,30%

### Transferências Voluntárias realizadas pelo Estado

Na seqüência são apresentados os valores de Transferências voluntárias realizadas pelo Estado, destinadas aos Municípios (convênios) e as Instituições Privadas (subvenções sociais e auxílios) até o presente mês:



Fonte: Consulta Discoverer – Transferências Voluntárias a Municípios e Instituições Privadas



## Indicadores Contábeis de Desempenho – até o mês de dezembro/2010

### Estoque da Dívida Ativa

Na Dívida Ativa são contabilizados, depois de apurada a certeza e a liquidez, nos termos do art. 39, § 1º da Lei Federal nº 4.320/64, os valores que a administração pública tem a receber de terceiros, decorrentes de falta de pagamento de obrigações de natureza tributária e não tributária.

O estoque da Dívida Ativa (devedores em atraso) teve um acréscimo de 11,78% até o presente mês de 2010 em relação ao mesmo período de 2009, demonstrando que a administração pública tem agido com rigor na constituição dos créditos tributários e não tributários. No entanto, o mesmo não se pode dizer das ações voltadas para o recebimento desses ativos. Mesmo tendo aumentado em relação ao mesmo período do exercício anterior, o montante arrecadado representa um valor irrisório se comparado com o montante da dívida a cobrar.

Conforme evidenciam a tabela e o gráfico a seguir, os Poderes e órgãos encarregados da cobrança da dívida pública precisam estabelecer procedimentos administrativos e legais mais eficientes e eficazes para reverter o péssimo desempenho na cobrança do estoque da dívida ativa, ainda que muitos desses ativos sejam considerados “créditos podres”, ou seja, incobráveis.



Fonte: Balancete do Consolidado Geral



Indicadores Contábeis de Desempenho – até o mês de dezembro/2010

O Estoque da Dívida Ativa até o mês em análise (Em milhões de R\$)

Detalhamento	Até o Mês - 2008	Até o Mês - 2009	Até o Mês - 2010	Varição 2009/2010
<b>ESTOQUE DA DÍVIDA ATIVA (Devedores em atraso)</b>	<b>5.031,92</b>	<b>5.433,44</b>	<b>6.073,26</b>	<b>639,82</b>
Estoque da Dívida Ativa Tributária	5.002,92	5.398,16	6.017,79	619,63
Estoque da Dívida Ativa Não Tributária	29,00	35,28	55,47	20,20
<b>COBRANÇA DA DÍVIDA ATIVA - Total</b>	<b>20,36</b>	<b>25,30</b>	<b>33,88</b>	<b>8,58</b>
Cobrança da Dívida Ativa Tributária	17,83	22,82	30,16	7,35
Cobrança da Dívida Ativa Não-Tributária	2,53	2,48	3,72	1,23
<b>% DE COBRANÇA DA DÍVIDA ATIVA</b>	<b>0,40%</b>	<b>0,47%</b>	<b>0,56%</b>	<b>1,34%</b>
Cobrança da Dívida Ativa Tributária	0,36%	0,42%	0,50%	1,19%
Cobrança da Dívida Ativa Não-Tributária	8,71%	7,04%	6,70%	6,10%

**Resultado Financeiro**

O resultado financeiro é apurado mediante o confronto do Ativo Financeiro com o Passivo Financeiro, evidenciando o quanto de disponibilidade e valores realizáveis no curto prazo o Estado possui para quitar as suas dívidas de curto prazo.

Conforme síntese abaixo, até o mês de dezembro 2010 em análise o resultado financeiro importou em R\$ 1,251 bilhão de superávit contra R\$ 1,222 bilhão de superávit até o mesmo período de 2009, com a variação positiva de 2,33%, conforme demonstrado abaixo:

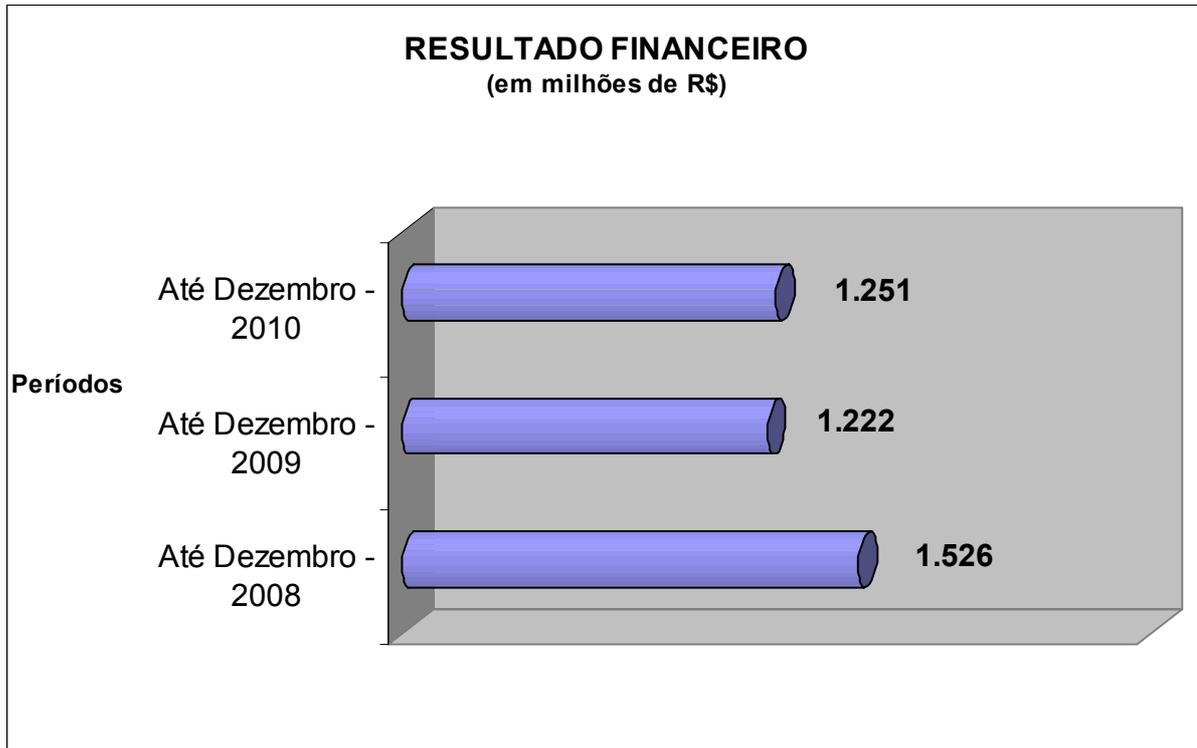
R\$ Milhões

DESCRIÇÃO	2008	2009	2010	VARIAÇÃO
Ativo Financeiro (AF)	3.615,14	4.920	4.942	22
Passivo Financeiro (PF)	2.089	3.698	3.691	(6)
<b>Resultado Financeiro (AF-PF)</b>	<b>1.526</b>	<b>1.222</b>	<b>1.251</b>	<b>29</b>



### Indicadores Contábeis de Desempenho – até o mês de dezembro/2010

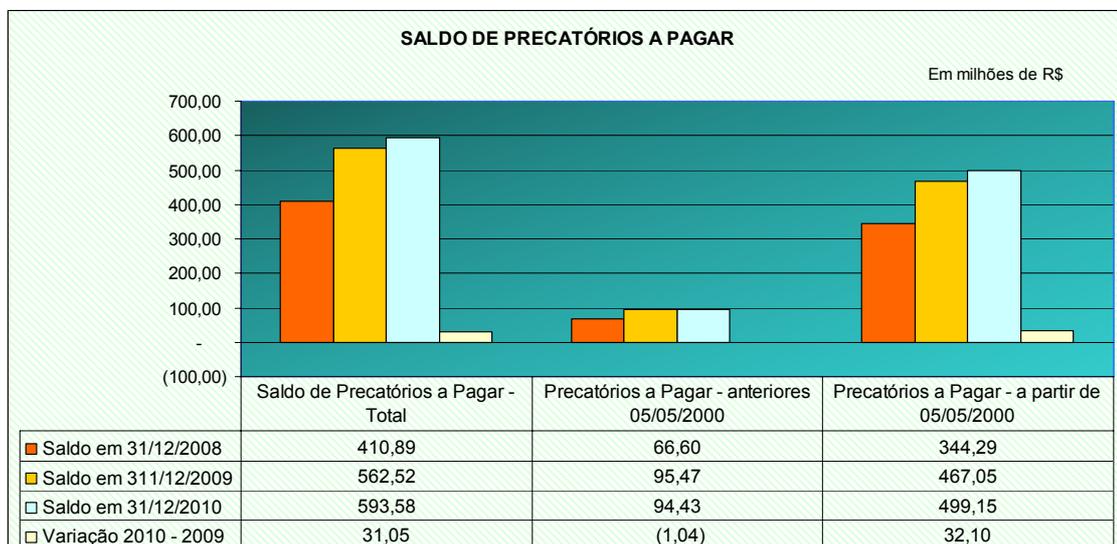
A variação positiva do resultado financeiro até o período analisado em relação ao mesmo período do ano anterior foi da ordem de R\$ 29 milhões, conforme se visualiza no gráfico abaixo:



Fonte: Balancete Consolidado Geral – Contas do Sistema Financeiro

### Saldo de Precatórios a Pagar

Neste gráfico são apresentados os valores dos precatórios, bem como a sua variação ocorrida de dezembro de 2009 até dezembro de 2010.



Fonte: Balancete do Consolidado Geral.



**Indicadores Contábeis de Desempenho – até o mês de dezembro/2010**

---

Esta análise de indicadores contábeis é realizada com base na planilha dos Indicadores Contábeis de Desempenho da Gestão Fiscal, que detalha e complementa ainda mais este trabalho, devendo a mesma ser utilizada para maior compreensão dos dados.

Os indicadores contábeis podem ser acompanhados mensalmente no sítio da Secretaria de Estado da Fazenda ([www.sef.sc.gov.br](http://www.sef.sc.gov.br)), mais especificamente na opção Serviços\Finanças Públicas\Relatórios Contábeis.

Florianópolis, 26 de janeiro de 2011

Adriano de Souza Pereira  
Diretor de Contabilidade Geral  
Contador CRCSC Nº 25.111

## INDICADORES CONTÁBEIS DE DESEMPENHO DA GESTÃO FISCAL - até o mês de Dezembro/2010

A Diretoria de Contabilidade Geral, com o objetivo de acompanhar e avaliar o desempenho da gestão fiscal, o cumprimento das metas de arrecadação e dos limites legais, bem como atender a premissa da Transparência da Gestão Pública, ditada especialmente pelo artigo 48 da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), disponibiliza mensalmente diversas informações pormenorizadas no sítio da Secretaria de Estado da Fazenda, sintetizadas em sua maioria nos seguintes indicadores contábeis de desempenho:

INDICADORES	Ano 2008	Ano 2009	VARIAÇÃO 2008- 2009	Ano 2010	VARIAÇÃO 2009- 2010	AVALIAÇÃO (2009-2010)
1 Resultado da Execução Orçamentária (Déficit/Superávit) = (1.1 - 1.2 + 1.3)	1.300.455.198,18	867.841.426,91	(432.613.771,27)	881.594.158,71	13.752.731,80	Superávit da Execução Orçamentária verificado até o mês corresponde a 1,58% a maior que o período anterior
1.1 Receita Orçamentária Arrecadada (dados consolidados, deduzidas as Transf. Const. e Legais aos Municípios e demais deduções da Receita)	11.538.547.205,84	11.506.271.961,72	(32.275.244,12)	13.168.918.579,60	1.662.646.617,88	Houve um acréscimo de 14,45% em relação ao mesmo período do ano anterior
Despesa Orçamentária Empenhada - Total (dados consolidados)	10.584.693.344,41	11.836.627.610,28	1.251.934.265,87	13.166.963.565,79	1.330.335.955,51	Houve um acréscimo de 11,24% em relação ao mesmo período do ano anterior
Despesa Orçamentária Empenhada- Financiada com Recursos do Exercício Anterior (dados consolidados)	346.601.336,75	1.198.197.075,47	851.595.738,72	879.639.144,90	(318.557.930,57)	Houve uma redução de -26,59% em relação ao mesmo período do ano anterior
1.4 Despesa Orçamentária Paga (dados consolidados)	10.343.806.952,70	11.527.889.615,39	1.184.082.662,69	12.856.831.464,80	1.328.941.849,41	Houve um acréscimo de 11,53% em relação ao mesmo período do ano anterior
Despesa Orçamentária a Pagar	240.886.391,71	308.737.994,89	67.851.603,18	310.132.100,99	1.394.106,10	Houve um acréscimo de 0,45% em relação ao mesmo período do ano anterior
2 Receita Tributária Arrecadada - Líquida do Estado	5.795.556.453,85	6.059.633.721,72	264.077.267,87	7.355.923.869,51	1.296.290.147,79	Houve um acréscimo de 21,39% em relação ao mesmo período do ano anterior
ICMS	4.742.206.823,36	5.018.301.758,28	276.094.934,92	6.108.428.330,43	1.090.126.572,15	Houve um acréscimo de 21,72% em relação ao mesmo período do ano anterior
IPVA	285.823.167,75	316.141.984,12	30.318.816,37	345.953.211,97	29.811.227,85	Houve um acréscimo de 9,43% em relação ao mesmo período do ano anterior
IRRF	436.282.047,53	397.004.208,05	(39.277.839,48)	507.592.628,31	110.588.420,26	Houve um acréscimo de 27,86% em relação ao mesmo período do ano anterior
ITCMD e ITBI	46.083.591,72	40.750.172,61	(5.333.419,11)	55.819.447,79	15.069.275,18	Houve um acréscimo de 36,98% em relação ao mesmo período do ano anterior
Taxas	285.160.823,49	287.435.577,66	2.274.754,17	338.130.235,56	50.694.657,90	Houve um acréscimo de 17,64% em relação ao mesmo período do ano anterior
3 FUNDOSOCIAL	230.306.997,89	289.621.596,81	59.314.598,92	285.790.030,36	(3.831.566,45)	Houve uma redução de -1,32% em relação ao mesmo período do ano anterior
4 SEITEC	194.565.355,43	178.494.969,75	(16.070.385,68)	169.625.000,00	(8.869.969,75)	Houve uma redução de -4,97% em relação ao mesmo período do ano anterior
5 Ganho ou Perda com o FUNDEB	(209.147.174,58)	(258.714.747,94)	(49.567.573,36)	(355.761.220,04)	(97.046.472,10)	Houve um acréscimo de 37,51% em relação ao mesmo período do ano anterior
Transferências Recebidas do FUNDEB	1.077.447.412,37	1.255.867.089,86	178.419.677,49	1.458.556.748,51	202.689.658,65	Houve um acréscimo de 16,14% em relação ao mesmo período do ano anterior
Deduções da Receita para Formação do FUNDEB	(1.286.594.586,95)	(1.514.581.837,80)	(227.987.250,85)	(1.814.317.968,55)	(299.736.130,75)	Houve um acréscimo de 19,79% em relação ao mesmo período do ano anterior
6 Transferências União - Constitucionais e Legais (Valores Líquidos)	1.115.882.889,29	1.221.511.964,58	105.629.075,29	1.624.042.594,93	402.530.630,35	Houve um acréscimo de 32,95% em relação ao mesmo período do ano anterior
Cota Parte FPE	490.809.601,86	463.369.653,17	(27.439.948,69)	499.430.388,42	36.060.735,25	Houve um acréscimo de 7,78% em relação ao mesmo período do ano anterior
Cota Parte IPI	151.755.710,81	116.134.863,73	(35.620.847,08)	141.786.143,72	25.651.279,99	Houve um acréscimo de 22,09% em relação ao mesmo período do ano anterior
Cota Parte CIDE	43.909.338,23	26.479.331,64	(17.430.006,59)	48.922.617,52	22.443.285,88	Houve um acréscimo de 84,76% em relação ao mesmo período do ano anterior
FEX e ICMS Desoneração - LC nº 87/96	142.145.389,57	101.238.608,25	(40.906.781,32)	85.626.274,53	(15.612.333,72)	Houve uma redução de -15,42% em relação ao mesmo período do ano anterior
Fundo Nacional Des. Educação - FNDE	101.900.907,67	208.132.557,68	106.231.650,01	194.014.529,78	(14.118.027,90)	Houve uma redução de -6,78% em relação ao mesmo período do ano anterior
Royalties - Recursos Hídricos, Minerais e Petróleo	24.603.708,72	24.593.610,59	(10.098,13)	33.367.906,31	8.774.295,72	Houve um acréscimo de 35,68% em relação ao mesmo período do ano anterior
Repasses Fundo a Fundo do SUS	-	13.427.203,72	13.427.203,72	554.037.995,86	540.610.792,14	Houve um acréscimo de 4026,24% em relação ao mesmo período do ano anterior
Transf. União para Situação de Emergência e Calamidade	155.146.555,06	267.172.008,78	112.025.453,72	62.870.347,30	(204.301.661,48)	Houve uma redução de 0,00% em relação ao mesmo período do ano anterior
Demais Transferências Constitucionais e legais	5.611.677,37	964.127,02	(4.647.550,35)	3.986.391,49	3.022.264,47	Houve um acréscimo de 313,47% em relação ao mesmo período do ano anterior

INDICADORES CONTÁBEIS DE DESEMPENHO DA GESTÃO FISCAL - até o mês de Dezembro/2010

A Diretoria de Contabilidade Geral, com o objetivo de acompanhar e avaliar o desempenho da gestão fiscal, o cumprimento das metas de arrecadação e dos limites legais, bem como atender a premissa da Transparência da Gestão Pública, ditada especialmente pelo artigo 48 da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), disponibiliza mensalmente diversas informações pormenorizadas no sítio da Secretaria de Estado da Fazenda, sintetizadas em sua maioria nos seguintes indicadores contábeis de desempenho:

INDICADORES		Ano 2008	Ano 2009	VARIAÇÃO 2008- 2009	Ano 2010	VARIAÇÃO 2009- 2010	AVALIAÇÃO (2009-2010)
7	Transferências Voluntárias da União - Convênios para Despesas Correntes - Total	481.362.784,00	580.007.721,73	98.644.937,73	57.830.817,51	(522.176.904,22)	Houve uma redução de -90,03% em relação ao mesmo período do ano anterior
8	Transferências Voluntárias da União - Convênios para Despesas de Capital	6.955.335,87	2.390.119,86	(4.565.216,01)	7.025.811,51	4.635.691,65	Houve um acréscimo de 193,95% em relação ao mesmo período do ano anterior
9	Metas de Arrecadação - Recursos do Tesouro						
	Meta	8.328.145.370,00	9.473.304.823,00	1.145.159.453,00	10.365.086.499,00	891.781.676,00	Houve um acréscimo de 9,41% em relação ao mesmo período do ano anterior
	Arrecadação	8.674.914.562,90	8.632.884.413,32	(42.030.149,58)	10.208.140.197,88	1.575.255.784,56	Houve um acréscimo de 18,25% em relação ao mesmo período do ano anterior
	Diferença	346.769.192,90	(840.420.409,68)	(1.187.189.602,58)	(156.946.301,12)	683.474.108,56	Não atingiu a meta até o mês de 2009 em -8,87% e não atingiu a meta até o mês de 2010 em -1,51%
10	Metas de Arrecadação - Recursos de Outras Fontes						
	Meta	2.360.100.680,00	2.721.771.005,00	361.670.325,00	3.081.964.846,00	360.193.841,00	Houve um acréscimo de 13,23% em relação ao mesmo período do ano anterior
	Arrecadação	2.863.632.642,94	2.873.387.548,40	9.754.905,46	2.960.778.381,72	87.390.833,32	Houve um acréscimo de 3,04% em relação ao mesmo período do ano anterior
	Diferença	503.531.962,94	151.616.543,40	(351.915.419,54)	(121.186.464,28)	(272.803.007,68)	Atingiu a meta até o mês de 2009 em 5,57% e não atingiu a meta até o mês de 2010 em -3,93%
11	Excesso de Arrecadação - Fonte 100 - Recursos do Tesouro	36.313.079,08	(497.024.622,96)	(533.337.702,04)	116.734.140,62	613.758.763,58	Houve uma redução de -123,49% em relação ao mesmo período do ano anterior
12	Receita Líquida de Impostos e de Transferências Constitucionais - RLI	7.553.737.035,12	7.968.143.368,78	414.406.333,66	9.579.414.019,60	1.611.270.650,82	Houve um acréscimo de 20,22% em relação ao mesmo período do ano anterior
13	Aplicação em Saúde - Mínimo de 12% da Receita Líquida de Impostos						
	A aplicar	906.448.444,21	956.177.204,25	49.728.760,04	1.149.529.682,35	193.352.478,10	Houve um acréscimo de 20,22% em relação ao mesmo período do ano anterior
	Valor aplicado	942.316.470,57	967.244.836,60	24.928.366,03	1.153.626.658,40	186.381.821,80	Houve um acréscimo de 19,27% em relação ao mesmo período do ano anterior
	% aplicado em relação a RLI	12,47%	12,14%	-0,34%	12,04%	-0,10%	Aplicação abaixo do mínimo em -0,79% (mínimo de 12% da Receita Líquida de Impostos)
	Diferença	35.868.026,36	11.067.632,35	(24.800.394,01)	4.096.976,05	(6.970.656,30)	
14	Aplicação em Educação - Mínimo de 25% da Receita Líquida de Impostos						
	A aplicar	1.888.434.258,78	1.992.035.842,20	103.601.583,42	2.394.853.504,90	402.817.662,71	Houve um acréscimo de 20,22% em relação ao mesmo período do ano anterior
	Valor aplicado	2.045.297.579,77	2.095.498.346,64	50.200.766,87	2.508.902.485,24	413.404.138,60	Houve um acréscimo de 19,73% em relação ao mesmo período do ano anterior
	% aplicado em relação a RLI	27,08%	26,30%	-0,78%	26,19%	-0,11%	Aplicação abaixo do mínimo em -0,41% (mínimo de 12% da Receita Líquida de Impostos)
	Diferença	156.863.320,99	103.462.504,45	(53.400.816,54)	114.048.980,34	10.586.475,89	
15	Aplicação em Segurança Pública (Órgãos da SSP)						
	Valor aplicado	1.090.228.462,66	1.312.403.019,62	222.174.556,96	1.475.484.537,59	163.081.517,97	Houve um acréscimo de 12,43% em relação ao mesmo período do ano anterior
	% aplicado em relação a RLI	14,43%	16,47%	2,04%	15,40%	-1,07%	
16	Receita Corrente Líquida - (12 MESES)	10.420.912.402,08	10.405.660.160,88	(15.252.241,20)	11.857.683.741,63	1.452.023.580,75	Houve um acréscimo de 13,95% em relação ao mesmo período do ano anterior
17	Gastos com pessoal - Remuneratórios - LRF - Poder Executivo	3.857.690.242,60	3.860.566.866,34	2.876.623,74	4.958.010.374,74	1.097.443.508,40	Houve um acréscimo de 28,43% , com comprometimento de 37,10% até o mês de 2009 e de 41,81% até o mês de 2010
	% em relação a RCL	37,02%	37,10%	0,08%	41,81%	4,71%	Gasto Abaixo do Limite Legal em 7,19%
18	Gastos com pessoal - Remuneratórios - LRF - Consolidado	4.713.298.482,46	4.828.453.683,24	115.155.200,78	6.059.243.362,00	1.230.789.678,76	Houve um acréscimo de 25,49% , com comprometimento de 46,40% até o mês de 2009 e de 51,10% até o mês de 2010
	% em relação a RCL	45,23%	46,40%	1,17%	51,10%	4,70%	Gasto Abaixo do Limite Legal em 8,90%

## INDICADORES CONTÁBEIS DE DESEMPENHO DA GESTÃO FISCAL - até o mês de Dezembro/2010

A Diretoria de Contabilidade Geral, com o objetivo de acompanhar e avaliar o desempenho da gestão fiscal, o cumprimento das metas de arrecadação e dos limites legais, bem como atender a premissa da Transparência da Gestão Pública, ditada especialmente pelo artigo 48 da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), disponibiliza mensalmente diversas informações pormenorizadas no sítio da Secretaria de Estado da Fazenda, sintetizadas em sua maioria nos seguintes indicadores contábeis de desempenho:

INDICADORES		Ano 2008	Ano 2009	VARIAÇÃO 2008- 2009	Ano 2010	VARIAÇÃO 2009- 2010	AVALIAÇÃO (2009-2010)
19	Receita Líquida Real (12 MESES)	8.095.997.659,97	8.235.809.090,08	139.811.430,11	9.675.675.122,85	1.439.866.032,78	Houve um acréscimo de 17,48% em relação ao mesmo período do ano anterior
20	Serviço da Dívida Consolidada	1.121.411.135,09	1.263.210.574,81	141.799.439,72	1.242.705.320,74	(20.505.254,07)	Houve uma redução de -1,62% em relação ao mesmo período do ano anterior
	Juros e Encargos da Dívida	666.669.789,12	765.316.861,26	98.647.072,14	814.236.874,00	48.920.012,74	Houve um acréscimo de 6,39% em relação ao mesmo período do ano anterior
	Amortização da Dívida (principal)	454.741.345,97	497.893.713,55	43.152.367,58	428.468.446,74	(69.425.266,81)	Houve uma redução de -13,94% em relação ao mesmo período do ano anterior
21	Saldo dos Restos a Pagar	240.886.391,71	309.897.836,33	69.011.444,62	308.284.423,61	(1.613.412,72)	Houve uma redução de -0,52% em relação ao mesmo período do ano anterior
22	Investimentos Realizados (valores empenhados)	784.334.306,54	1.081.146.144,13	296.811.837,59	1.088.781.097,76	7.634.953,63	Houve um acréscimo de 0,71% em relação ao mesmo período do ano anterior
23	Despesas de Custeio ( valor empenhado)	2.244.298.273,45	2.546.092.900,35	301.794.626,90	2.952.816.436,59	406.723.536,24	Houve um acréscimo de 15,97% em relação ao mesmo período do ano anterior
	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	945.293.873,79	1.150.548.007,24	205.254.133,45	1.206.549.985,44	56.001.978,20	Houve um acréscimo de 4,87% em relação ao mesmo período do ano anterior
	Material de Consumo	435.982.439,44	500.875.064,80	64.892.625,36	537.952.407,07	37.077.342,27	Houve um acréscimo de 7,40% em relação ao mesmo período do ano anterior
	Locação de Mão-de-Obra	151.962.518,89	174.948.702,25	22.986.183,36	222.156.434,55	47.207.732,30	Houve um acréscimo de 26,98% em relação ao mesmo período do ano anterior
	Diárias - Pessoal Civil	33.326.431,19	36.979.752,90	3.653.321,71	37.786.351,66	806.598,76	Houve um acréscimo de 2,18% em relação ao mesmo período do ano anterior
	Diárias - Pessoal Militar	14.044.603,12	12.091.899,63	(1.952.703,49)	12.984.377,66	892.478,03	Houve um acréscimo de 7,38% em relação ao mesmo período do ano anterior
	Passagens e Despesas com Locomoção	11.881.362,04	12.162.204,08	280.842,04	11.031.668,31	(1.130.535,77)	Houve uma redução de -9,30% em relação ao mesmo período do ano anterior
	Demais Despesas de Custeio	651.807.044,98	658.487.269,45	6.680.224,47	924.355.211,90	265.867.942,45	Houve um acréscimo de 40,38% em relação ao mesmo período do ano anterior
24	Transferências Voluntárias à Municípios (convênios)	303.710.521,30	356.066.756,21	52.356.234,91	410.871.401,26	54.804.645,05	Houve um acréscimo de 15,39% em relação ao mesmo período do ano anterior
	Despesas de Custeio	110.774.288,69	189.739.736,52	78.965.447,83	197.003.788,40	7.264.051,88	Houve um acréscimo de 3,83% em relação ao mesmo período do ano anterior
	Despesas de Investimento ( obras e equipamentos)	192.936.232,61	166.327.019,69	(26.609.212,92)	213.867.612,86	47.540.593,17	Houve um acréscimo de 28,58% em relação ao mesmo período do ano anterior
25	Transferências Voluntárias à Instituições Privadas (subvenções sociais e auxílios)	436.774.825,47	540.566.770,59	103.791.945,12	468.587.798,33	(71.978.972,26)	Houve uma redução de -13,32% em relação ao mesmo período do ano anterior
	Despesas de Custeio	373.328.713,33	474.709.071,06	101.380.357,73	415.506.231,42	(59.202.839,64)	Houve uma redução de -12,47% em relação ao mesmo período do ano anterior
	Despesas de Investimento ( obras e equipamentos)	63.446.112,14	65.857.699,53	2.411.587,39	53.081.566,91	(12.776.132,62)	Houve uma redução de -19,40% em relação ao mesmo período do ano anterior
26	Receita Líquida Disponível	7.563.135.902,95	7.887.476.692,88	324.340.789,93	9.388.959.819,53	1.501.483.126,65	Houve um acréscimo de 19,04% em relação ao mesmo período do ano anterior
27	Repasse aos Poderes	1.328.190.980,26	1.372.441.395,44	44.250.415,18	1.615.265.082,21	242.823.686,77	Houve um acréscimo de 17,69% em relação ao mesmo período do ano anterior
28	Créditos Inscritos em Dívida Ativa (Devedores em atraso)	5.031.923.973,68	5.433.437.555,09	401.513.581,41	6.073.262.553,96	639.824.998,87	Houve um acréscimo de 11,78% em relação ao mesmo período do ano anterior
29	Cobrança da Dívida Ativa (recebimentos)	20.357.623,31	25.299.989,58	4.942.366,27	33.880.440,88	8.580.451,30	Houve um acréscimo de 33,91% em relação ao mesmo período do ano anterior
30	Resultado Financeiro (Ativo menos Passivo Financeiro)	1.525.776.077,28	1.222.434.752,91	(303.341.324,37)	1.250.972.989,45	28.538.236,54	Houve um acréscimo de 2,33% em relação ao mesmo período do ano anterior
31	Saldo de Precatórios a Pagar	410.891.568,54	562.521.166,61	151.629.598,07	593.575.170,70	31.054.004,09	Houve um acréscimo de 5,52% em relação ao mesmo período do ano anterior

Florianópolis, 18 de fevereiro de 2011

ADRIANO DE SOUZA PEREIRA  
DIRETOR DE CONTABILIDADE GERAL  
CONTADOR CRC/SC Nº 25.111/0-7